Revista do Conselho Federal de Economia – COFECON
Ano XII – Nº 41 – Julho – Setembro de 2021

ECONOMISTAS

Perspectivas da Economia Brasileira pós-pandemia

Reunidos de forma on-line no XXIV Congresso Brasileiro de Economia, economistas discutem a crise atual, pensam soluções e explicam que Brasil encontraremos ao superar a pandemia

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA
cofecon.org.br

70 Anos
Assegurando o exercício legal e ético da profissão

XXIV Congresso Brasileiro de
ECONOMIA

SUMÁRIO

Editorial
Antonio Corrêa de Lacerda 3

A Economia abre portas gigantescas para o futuro
Entrevista: Luiz Barsi Filho 4

Desigualdade
Ladislau Dowbor 8

Tecnologia e mundo do trabalho: pensando sobre o futuro
Rosa Maria Marques 13

O papel dos bancos na recuperação da economia brasileira
Roberto Luis Troster 17

Biden Economics: o fim do neoliberalismo?
José Luis Oreiro 21

Mercado de Trabalho dos Economistas
Fernando Norgueira da Costa 25

Para retomar os investimentos públicos e o PIB
Raul Velloso 29

Impactos da tecnologia no mundo do trabalho
Anita Kon 32

Jenner de Morais fala sobre a importância dos Conselhos Profissionais
Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons 36

Novos livros 39

EDITORIAL

Como será o amanhã? No campo da Economia, temos perspectivas. Perspectivas construídas por economistas das mais variadas correntes teóricas e linhas de pensamento, por meio de pesquisas, debates, trabalhos científicos, experiências práticas, avaliação de cenários, estudos de casos. São essas perspectivas que queremos fazer chegar aos governantes e à sociedade civil para acelerar a condução da política econômica do país no pós-pandemia.

Assim como 2020 não terminou, 2022 já começou! Não podemos nos atrasar em agir para acelerar a recuperação da economia, que, de forma inclusiva e sustentável, pode proporcionar bem-estar para a população brasileira, especialmente para os mais vulneráveis que convivem com o descaso, com a fome, com o desemprego, com a falta até do botijão de gás.

E é diante desse quadro, que apresento a edição "Perspectivas para a Economia Brasileira Pós-Pandemia", que conta com artigos de alguns dos economistas convidados para o XXIV Congresso Brasileiro de Economia (CBE), que acontece entre os dias 8 e 10 de setembro. O evento traz mais de 80 horas de conteúdo e uma centena de palestrantes atentos e dedicados a temas como políticas públicas, mercado, o futuro do trabalho, sustentabilidade, desigualdade social, reforma administrativa e tributária, investimentos em infraestrutura, meio ambiente e conjuntura.

Na revista, chamo a atenção para os artigos debatidos pelos articulistas convidados para essa edição e pelos palestrantes do CBE que trazem, como fio condutor, o resgate da economia baseada no desenvolvimento com justiça social. Vivenciamos hoje o intolerável e, por isso, a luta contra a desigualdade é inadiável. Não saímos da crise. E, para piorar, milhões de brasileiros estão completamente afundados nela. Nosso papel diante de tamanha fragilidade é estratégico e imprescindível. Os economistas são mais que portadores de boas ou más notícias. Somos, acima de tudo, os responsáveis por contribuir com estratégias alinhadas para que a retomada da economia contemple a inclusão social e o crescimento com responsabilidade ambiental.

Boa leitura!

ANTONIO CORRÊA DE LACERDA
PRESIDENTE DO COFECON

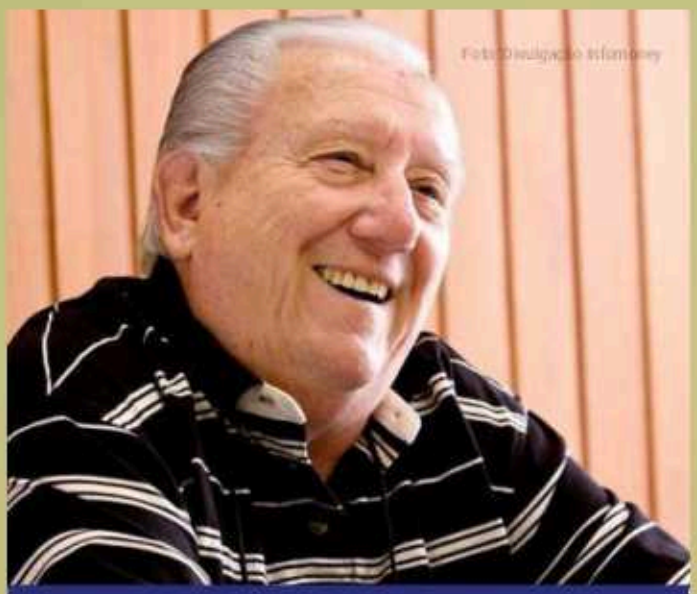
Antonio Corrêa de Lacerda é Professor-Doutor do programa de pós-graduação em Economia Política da PUC-SP. A trajetória acadêmica inclui doutorado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Lacerda é autor de cerca de 20 livros da área de Economia e se dedica continuamente à produção de artigos relevantes para o entendimento da conjuntura do país, regularmente veiculados em jornais de grande circulação. É colaborador do jornal O Estado de S. Paulo e comentarista do Jornal da Cultura (TV Cultura).

Entre os livros, recentemente lançou "Celso Furtado, 100 anos: Pensamento e Ação", obra que reúne 9 autores e que resgata os principais elementos da biografia, do pensamento e das atividades do grande Economista em seu centenário de nascimento.

Destacamos também outras obras: "Desnacionalização" – vencedora do Prêmio Jabuti de 2001, na área de economia -, "O Brasil no Contexto 1987-2007", "Brasil – o futuro que queremos", "O impacto da globalização na economia brasileira", "Crise e oportunidade: o Brasil no cenário internacional", "Globalização e investimento estrangeiro no Brasil" e o "O Mito da Austeridade".

A Economia abre portas gigantescas para o futuro



ENTREVISTA: LUIZ BARSI FILHO

Por Manoel Castanho

O economista Luiz Barsi Filho, presidente do Corecon-SP, é um ícone do mercado de ações brasileiro. Um dos maiores investidores individuais da bolsa em nosso país, tem suas ideias divulgadas na internet por sua filha Louise, também economista. Mais do que os números, a trajetória de Barsi e a fidelidade à sua filosofia de investimentos chamam a atenção. Iniciou no curso de Economia aos 20 anos e, já depois dos 30, escreveu o estudo Ações Garantem o Futuro.

Ele avalia que o mercado brasileiro é um mercado de oportunidades e que o estudo da Economia abre portas gigantescas – especialmente no setor financeiro. Em entrevista à revista Economistas, Barsi falou sobre sua trajetória e sobre os investimentos, inclusive para iniciantes, e afirma que quem seguir o mesmo caminho chegará aonde ele chegou.

Revista Economistas: Como foi sua entrada no mercado de trabalho e quais foram seus primeiros empregos?

Barsi: Quando me formei, comecei trabalhando como contador. Depois fui para a área de auditoria, e de lá eu vim para o mercado de capitais. A área de auditoria me abriu caminhos e conhecimentos para que pudesse me enveredar pelo segmento acionário, e depois de mais de 50 anos, estou nele até hoje. Acredito que todos os que tentarem percorrer este caminho chegarão aonde cheguei no que diz respeito à atividade.

RE: Em que momento da vida você decidiu estudar Economia e qual foi a importância do curso?

Barsi: A Economia abriu horizontes. Na Economia você tem um sem-número de vertentes. Tem o economista que cuida das finanças públicas e aquele que cuida da atividade particular. Você tem que ir para atividades que te proporcionem uma perspectiva muito mais elevada, e não há outra como o setor financeiro capaz de acompanhar perspectivas e resultados num mesmo segmento. Vejo economistas "superstars" pendurados no

Estado e aposentados pelo Estado. Vi muitos economistas "superstars" realizando coisas aqui no Brasil que não me convenceram – aliás, não convenceram ninguém. Tivemos uma série de chamados planos econômicos – mas na verdade, nunca houve um plano. O que tivemos é a necessidade do político. O que eles faziam era uma conversão monetária. Ora, uma conversão monetária não é um plano. Tanto que precisaram fazer umas vinte conversões monetárias, e ainda hoje sentimos os impactos delas. Os economistas que fizeram estas conversões eram todos economistas brilhantes, mas nenhum deles talvez possa ter alcançado o sucesso que eu alcancei. Eles foram atrás de vagas, de cargos. Eu não. Eu fui atrás de desafios. Fui atrás de enfrentar riscos.

É claro que na razão direta em que você é determinado a assumir riscos, você tanto pode ganhar muito quanto pode perder muito. Eu não quero ter um holerite. Quero ter um ganho que o risco pode me proporcionar, e é isso que eu tento ensinar aos nossos economistas e para os estudantes de Economia. Sem risco você não consegue nada expressivo. No máximo, um cargo ou um holerite.

Sempre tive uma visão de que a Economia poderia proporcionar, especialmente no setor financeiro, resultados muito satisfatórios. Em outras profissões muitas vezes você não assume riscos, mas em Economia sim, tem perspectivas, possibilidades, então eu acho que isso me cativou bastante. Como eu havia estudado Contabilidade, Economia foi o passo subsequente. Mas eu recomendo que as pessoas estudem Economia porque a economia abre portas gigantescas para o futuro.

RE: Um marco na sua carreira foi o estudo Ações Garantem o Futuro. Como foi o trabalho de elaboração deste estudo? Você imaginava, naquele momento, que poderia ter o impacto que teve na sua vida?

Barsi: Ações Garantem o Futuro foi o resultado de um ensaio que eu fiz. Este ensaio me mostrou que eu nunca deveria acreditar no governo. Eu interpretava que o governo tinha poucas possibilidades de fazer uma gestão competente. Por melhor que fosse o economista, a gestão era sempre incompetente. Fiz um ensaio procurando identificar uma renda mensal e cheguei à conclusão de que a Previdência jamais reuniria condições de me proporcionar uma boa renda mensal. Considerei uma contribuição de 30 anos por parte do cidadão e da empresa. E eles contribuiriam para quem? Para o governo. Minha tese era a seguinte: que ao invés de depositar estes valores, porque eram direcionados para o governo, eles deveriam ser enviados para que a empresa comprasse ações para o beneficiário. Não é o governo que deveria aposentar um cidadão e sim a empresa, por meio de um portfólio que ele pudesse formar, com aquelas contribuições que ele fazia para o governo.

Considera-se ainda hoje que a Previdência é uma provedora de recursos. O que eu analisei? O cidadão no setor público ele para de trabalhar e continua recebendo o mesmo salário. A Previdência não ostentava apenas e tão somente a condição de provedora, mas também a condição de empregadora. Então concluí que dificilmente este processo, esta estrutura, poderia ter um final feliz. E optei pela minha visão. Comecei a formatar uma carteira de renda mensal. Eu não descobri o ovo de Colombo, apenas mostrei que existia. Se você começar um dia, você pode chegar a resultados satisfatórios. Hoje temos a confirmação de que a Previdência não é bem estruturada. Se o cidadão, em vez de contribuir para a Previdência (e o empresário também), pudesse comprar ações com o dinheiro desta contribuição, ao término de 30 anos ele estaria com uma renda mensal muito superior àquela que o governo pode proporcionar. E veja o que eu vou falar para você: sempre com perspectivas crescentes de renda mensal.

Eu ouço os políticos comentarem que o nosso país tem uma má distribuição de renda. Mas são eles quem impõe isso. Na hora que você tem que reajustar um benefício, um salário ou a própria previdência do pequeno contribuinte, é 1%, 2%. Quando você tem que reajustar o salário ou a previdência dos políticos é 40%, 50%. Eles estão sempre numa posição em que têm uma renda muito melhor que a dos aposentados.

Meu estudo de 1972 mostrou que realmente as coisas aconteceriam - e estão

acontecendo. O cidadão se aposenta hoje não com uma previdência digna. E isso nós temos visto gradualmente, as pessoas na rua. Paulo Guedes fala que a inflação é de 3%, 4%. Mas isso é só pra ele, que não paga nada, e para o resto dos políticos, que têm suas contas pagas pelo governo. Para os outros que precisam comprar alimento, a inflação é muito maior.

Sistematicamente eu sempre pensei que você não deve acreditar no governo. Tem que caminhar com suas próprias pernas e enfrentar desafios. E isso é mais simples do que o que o Colombo fez: colocar o ovo em pé. Em 1972, inúmeros grandes economistas – grandes na sua majestade, no seu brilho estelar – falavam: Barsi, você está louco. Estes mesmos economistas, quando se aposentaram, me falaram: Barsi, eu devia ter te escutado. Eles se aposentaram como simples mortais.

RE: Enquanto muita gente fala em investimentos internacionais, a sua metodologia privilegia investimentos no Brasil.

Barsi: Aqui no Brasil é que estão as grandes oportunidades. Nos países desenvolvidos, o mercado de valores é considerado um mercado de risco. Você compra uma determinada ação por 10 vezes, 15 vezes, 20 vezes o seu valor de patrimônio. Se você comprar por 10, assume um risco de 9 vezes mais o valor dela. O mercado de capitais universalmente é um mercado de risco. No Brasil é um mercado de oportunidades. O Banco do Brasil tem um valor patrimonial de 47 reais por ação, e está custando 30 reais. Que risco você tem ao comprar uma ação assim? Está comprando muito abaixo daquilo que ela vale. E existem outras boas oportunidades.

Mas por que o mercado talvez não tenha essa transparência que deveria ter? Porque existem mecanismos colocados em prática que distorcem uma verdade, distorcem um preço. Você supõe que a bolsa tenha a intenção de fazer com que os preços se formem naturalmente, com compradores e vendedores formulando o preço. Aqui no Brasil os donos da bolsa de valores são gringos. Eles procuram fazer no Brasil o que se faz nos Estados Unidos. Você pode locar a quantidade que quiser de ações até 20% da base acionária, e vender. E você vai vender. O mercado não tem a estrutura necessária, as forças de equilíbrio para suportar tamanha pressão. A Comissão de Valores Mobiliários acha isso normal. Nos Estados Unidos pode-se praticar este tipo de procedimento porque 90% da população lá possui ações. É difícil fazer com que 90% da população aja de uma vez só, num preço só, num papel só. Aqui os fundos é que decidem as compras. Um administrador decide por 200 mil. Ele pega o recurso de 200 mil pessoas e vende no mercado interpretando aquilo que ele deseja interpretar, sem considerar muitas vezes uma questão lógica e sim uma questão de interesse. Penso que vamos ter um mercado mais competente, mais reluzente, quando não for um advogado o presidente da CVM. Precisa ser um economista, alguém que conheça o mercado.

RE: O brasileiro médio tem pouquíssimo conhecimento de finanças. De que modo podemos falar de investimentos para um público que muitas vezes não sabe nem fazer um orçamento doméstico e não tem ideia de quanto paga de juros no cartão de crédito?

Barsi: Há uma falta de esclarecimento. O próprio governo pouco fez e pouco faz para que o indivíduo tenha uma cultura de investimentos. Eu entendo que se você tiver por base o princípio de nunca gastar mais do que você ganha, teoricamente você está financeiramente educado. Agora, cultura de investimentos é diferente. É saber na mão de quem você coloca o seu dinheiro.

Quando você coloca o seu dinheiro no banco, você está entregando o seu dinheiro para uma raposa. Ele não quer que você tenha lucro. Quer o lucro pra ele, e te dá uma migalha. O governo fala que a inflação é 4%, aí ele vai te pagar 5% e acha que está te fazendo um grande favor. No Brasil nós não temos uma renda fixa. Se você fizer um levantamento do seu poder de compra em janeiro, quando chegar em dezembro você vai ver que aquele seu poder de compra foi deteriorado em 30%, 35%. O governo fala: olha, você ganhou 7%. Não repõe nem o poder de compra. No Brasil, quem opera na renda garantida opera na perda fixa. Eu não opero na renda garantida. Eu opero na renda oscilante, na

"Eu entendo que se você tiver por base o princípio de nunca gastar mais do que você ganha, teoricamente você está financeiramente educado. Agora, cultura de investimentos é diferente. É saber na mão de quem você coloca o seu dinheiro."

renda variável, porque eu assumo riscos.

O brasileiro também não tem a consciência de pensar o seguinte: quando aplica na renda garantida, você ganha em função do quê? Do valor aplicado. Se você aplicou mil, vai ganhar X% sobre mil. Em ações é diferente. Você ganha em função da quantidade que você tem. Se tiver uma ação, ganhará uma vez o dividendo. Se tiver 10 ações, ganhará 10 vezes. Se tiver um milhão de ações, ganhará um milhão de vezes. Esta é uma coisa simples. Mas infelizmente as pessoas não são direcionadas para raciocinar desta maneira.

Você nunca viu e nunca verá um banco, uma instituição financeira, patrocinar alguma coisa de ações. Eles têm interesse em que você não saiba de ações. Querem que seja ignorante em relação a isso para que eles consigam teu dinheiro. Você tem que fugir deles e procurar algo mais profundo em termos de cultura de investimentos. Na mão de quem você tem que colocar este dinheiro? Se você coloca o dinheiro na poupança, em última instância vai colocar o dinheiro na mão de quem é um péssimo administrador. O dinheiro que você coloca no FGTS é pessimamente remunerado, isso quando não é direcionado para projetos que já sabem que não terão retorno. Se você entrega estes valores pra este gestor, você tem uma perspectiva. Já se você compra uma ação da Suzano, por exemplo, você está entregando seus recursos na mão de um cidadão chamado Walter Schalka. Ele tem uma cultura de investimentos impressionante. É preferível você entregar os recursos na mão dele, porque ele vai fazer os recursos dele fluírem e ganhar, e os seus que estiverem junto também vão ganhar. Essa questão de atemorizar o indivíduo para ele não comprar ações é uma influência do interesse de grandes bancos. O banqueiro ganha na ida, ganha na volta, ganha pra cima e ganha pra baixo. No mercado de valores você tem que investir, como investe o empresário, e esperar os resultados através da geração da riqueza, da circulação da riqueza e da distribuição. Isso é o que a gente procura desenvolver e fazer. O economista tem uma missão muito árdua quando pretende e precisa orientar os indivíduos. O setor financeiro abre portas muito gigantescas, muito generosas. Especialmente no segmento acionário.

Desigualdade

Por Ladislau Dowbor

Esqueça esquerda versus direita.
É democracia ou oligarquia.
- Robert Reich

Anos atrás, eu esperava o semáforo abrir na Avenida Brasil, em São Paulo, quando uma senhora muito idosa se aproximou da janela do meu carro pedindo um trocado. Nada de novo no Brasil moderno, mas eu fiquei transtornado: ela se parecia muito com a minha mãe. O "pedinte", essa categoria social, tornava-se agora uma pessoa. Se ela não se parecesse tanto com a minha mãe, provavelmente eu tiraria alguns reais do bolso e esqueceria o caso. Tanto tempo depois, ainda me lembro. É compreensível a emoção que senti. O que não é compreensível é a indiferença que sentimos, por exemplo, frente às três milhões de crianças, menores de cinco anos de idade, que morrem de fome todos os anos. Daí a questão: como tornar as estatísticas não apenas intelectualmente compreensíveis, mas capazes de nos levar à ação? Como geramos a empatia crucial à sobrevivência da humanidade? A indiferença diante do absurdo, enquanto "um fenômeno geral", é inevitável?

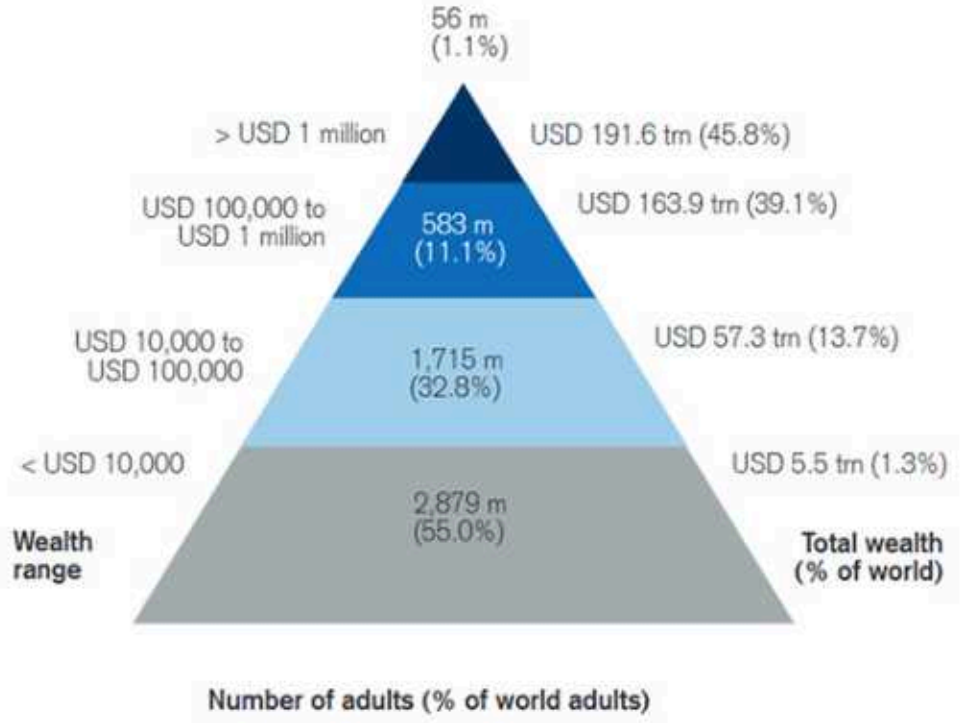
Em primeiro lugar, não há razão econômica para a pobreza. Se dividirmos o PIB mundial de 2020, $ 85 trilhões, pela população, 7,8 bilhões, podemos ver que o que produzimos em bens e serviços neste planeta é equivalente a US$ 3.600

Ladislau Dowbor

Professor de economia e administração da PUC-SP, consultor de várias agências internacionais, e autor de numerosos livros e estudos técnicos, todos acessíveis on-line, gratuitamente (Creative Commons). Clique AQUI para acessar.

por mês por família de quatro membros, cerca de R$ 18.000. Esse número pode ser ajustado, podemos recorrer à Renda Nacional Líquida em vez do Produto Interno Bruto ou fazer outros ajustes, mas o fato básico permanece: o que hoje produzimos, com uma redução muito modesta da desigualdade, é suficiente para toda a humanidade ter acesso a uma vida confortável e digna. O nosso problema não é econômico, mas questão de organização política e social, o que hoje chamamos de governança.

As famílias não dependem apenas da *renda*, que é o dinheiro ganho todo mês ou ano. Elas dependem, também, da *riqueza acumulada*, ou seja, a casa, o dinheiro na conta bancária, o carro ou outros bens duráveis acumulados ao longo dos anos. Os números da riqueza acumulada pelas famílias em 2020 são impressionantes. Eles foram publicados pelo Crédit Suisse, um dos principais gestores de riqueza do mundo, e representam a pirâmide de riqueza global de 2020, como vocês podem ver abaixo :



No topo da pirâmide está o 1,1% da população adulta mundial: 56 milhões de pessoas que detêm riqueza individual acima dev US$ 1 milhão, e que juntos somam US$ 191,6 trilhões equivalentes a 45,8% de toda a riqueza acumulada no mundo. Abaixo desse grupo, vem a classe média alta, que equivale a 11,1% da população adulta mundial: 583 milhões de pessoas que detêm riqueza individual acumulada entre US $ 100 mil e US $ 1 milhão, e que juntos somam US$ 163,9 trilhões em riqueza, 39,1% da riqueza total dos adultos. Aos somarmos esses dois grupos, é possível observar que apenas 12,2% da população adulta possui 85% da riqueza pessoal acumulada em todo o globo.

Descendo mais um degrau na pirâmide, observamos que praticamente um terço dos adultos no mundo, 32,8%, está na faixa de US$ 10 mil a US$ 100 mil, e detém 13,7% da riqueza total. Eles representam 1.715 milhões de adultos cujas riquezas somadas chegam a US$ 57,3 trilhões.

O verdadeiro drama está na base da pirâmide: 55% da população adulta no mundo, quase três bilhões de pessoas, não tem praticamente riqueza alguma acumulada. Eles estão na faixa abaixo dos US$ 10 mil, e acumulam US$ 5,5 trilhões, o equivalente a 1,3% do total da riqueza acumulada. Em comparação com o 1,1%, que detém US$ 191,6 trilhões (45,8%) da riqueza total do mundo, temos uma realidade disfuncional, onde um grupo 55 vezes menor detém 35 vezes mais riqueza do que a base da sociedade. A riqueza média desses 55% de adultos é de $ 1.910. Se somarmos as crianças, falaremos de cerca de 4,3 bilhões de pessoas. Em suma: para a maioria da população mundial, esse

sistema simplesmente não está funcionando. Não se surpreendam se essa gente não vê muita diferença, nos EUA, entre republicanos e democratas, e acabe votando em quem apresenta um discurso de raiva contra o sistema.

O dramático aumento da desigualdade nas últimas décadas é fácil de entender pela articulação da desigualdade de renda (ganhos anuais) e do patrimônio familiar (estoque acumulado). Cerca de dois terços da população mundial mal conseguem sobreviver com o que ganham, e não têm meios para investir na acumulação de riqueza familiar: o pouco que ganham é gasto com a sobrevivência. Por outro lado, as pessoas com alta renda têm um superávit substancial que lhes permite comprar uma casa e não pagar aluguel, ou comprar títulos financeiros que geram ainda mais renda e riqueza acumulada. Isso cria o efeito bola de neve, no sentido de que quanto mais rica a pessoa fica, mais rápido acumula riqueza. Todos os manuais de economia falam do sistema de equilíbrios que "os mercados" permitem, mas o que predomina é o processo cumulativo de polarização. Deixando mais claro: o dono de 1 bilhão de dólares, aplicados em papéis financeiros com remuneração modesta de 5%, está aumentando o seu patrimônio em 137 mil dólares por dia. Sem mecanismos que vinculem os ganhos a investimentos produtivos, e sem mecanismos eficientes de distribuição de riqueza, o mundo fica cada vez mais desequilibrado.

"Cerca de dois terços da população mundial mal conseguem sobreviver com oque ganham, e não têm meios para investir na acumulação de riqueza familiar: o pouco que ganham é gasto com a sobrevivência."

Redistribuir a renda deverá, portanto, permitir que se expanda também o acesso à acumulação de patrimônio. A geração de mais renda na base, por meio de um imposto sobre herança mais eficaz e outros impostos sobre a riqueza, pode trazer conforto e estabilidade para todos no planeta. Pagar melhores salários também permitiria que mais pessoas acumulassem riqueza, mas não será suficiente, pela fraca capacidade de geração de emprego na era da tecnologia. A riqueza pessoal total de adultos apresentada pelo Crédit Suisse, como vemos na tabela abaixo, é de US$ 418 trilhões, o equivalente a praticamente US$ 80 mil riqueza média por adulto. Para uma família de dois adultos, isso representa US$ 160 mil dólares, cerca de 800 mil reais. Não é uma fortuna, mas a possibilidade de gerar uma imensa mudança na qualidade de vida da maioria da população, mesmo com uma modesta redistribuição. Tirar apenas US$ 5,5 trilhões dos US$ 191,6 trilhões dos 1,1% mais ricos dobraria a riqueza na base da pirâmide. Para os mais ricos, que precisariam se contentar com apenas US$ 186 trilhões, não seria uma diferença significativa.

Foto: Arquivo/Wilson Dias/Agência Brasil

O Relatório também mostra como o planeta é dramaticamente desigual

na distribuição geográfica da riqueza: "as disparidades regionais gerais se refletem no fato de que a América do Norte e a Europa juntas representam 57% da riqueza total das famílias, mas contêm apenas 17% da população adulta mundial" (p.11). Não estamos enfrentando apenas a herança de tantas atrocidades coloniais, mas um renovado processo de aumento da desigualdade, basicamente por meio de mecanismos financeiros.

Table 1: Change in household wealth 2020, by region

	Total wealth	Change in total wealth		Wealth per adult	Change in wealth per adult
	USD bn	USD bn	%	USD	%
Africa	4,946	36	0.7	7,371	–2.1
Asia-Pacific	75,277	4,694	6.7	60,790	5.0
China	74,884	4,246	6.0	67,771	5.4
Europe	103,213	9,179	9.8	174,836	9.8
India	12,833	–594	–4.4	14,252	–6.1
Latin America	10,872	–1,215	–10.1	24,301	–11.4
North America	136,316	12,370	10.0	486,930	9.1
World	**418,342**	**28,716**	**7.4**	**79,952**	**6.0**

Source: Crédit Suisse - Global Wealth Report 2021 – p.7 - https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html

Do ponto de vista ético, é um escândalo. Os pobres não são responsáveis pelo funcionamento do sistema que os mantém na armadilha da pobreza, nem os ricos produzem a riqueza que acumulam. A forma básica de acumulação de riqueza mudou. Um produtor tradicional de bens e serviços lucra pagando menos aos seus trabalhadores, mas tem de criar empregos e produzir coisas úteis que as pessoas comprariam, além de pagar impostos, o que permite ao Estado assegurar serviços públicos e infraestruturas. O sistema funcionou. O sistema atualmente dominante de extração de excedentes sociais é baseado na financeirização.

"Na verdade", escreve Ellen Brown, "temos duas economias – a economia do consumidor/produtor, onde os bens e os serviços são produzidos e comercializados – e a economia financeirizada, onde o dinheiro gera "rendimentos" sem produzir novos bens e serviços. A economia financeirizada é essencialmente um parasita da economia real e agora contém a maior parte do dinheiro do sistema. Proprietários e investidores corporativos podem ganhar mais e mais rápido dinheiro na economia financeirizada do que investindo em trabalhadores e equipamentos. Banqueiros, investidores e outros "poupadores" colocam seu dinheiro em ações e títulos, escondem-no em paraísos fiscais *offshore*, enviam-no para o exterior ou apenas o mantêm em dinheiro" . Robert Reich resume: "a economia passou da fabricação de coisas à fabricação de instrumentos financeiros. Os empreendedores de produtos foram substituídos por empreendedores financeiros" (p. 31).

Se considerarmos a produtividade do dinheiro, para pessoas que pouco têm, um pequeno aumento faz imensa diferença na qualidade de vida; ao passo que reduzir um pouco a fortuna dos bilionários não mudaria nada para eles. Mais dinheiro na base geraria um aumento no bem-estar no conjunto da sociedade. E o merecimento? John Kenneth Galbraith usa um bom argumento: "um dos exercícios mais antigos do homem em filosofia moral é a busca por uma justificativa moral superior para o egoísmo. É um exercício que envolve sempre um certo número de contradições internas e mesmo alguns absurdos. Os que detêm riqueza conspícua aparecem defendendo o valor de construção de caráter da pobreza dos pobres. "

Não se trata de ideologia, mas de fazer o sistema funcionar. O grau de desigualdade que alcançamos é uma farsa ética, é "o triunfo da injustiça". Do ponto de vista social e político, gera o caos: no limite da desigualdade, não há espaço para a democracia. E, do ponto de vista econômico, é simplesmente contraproducente, pois como a especulação rende mais do que a produção e a geração de empregos, o dinheiro vai naturalmente para onde se multiplica mais rápido. Não é questão de mocinhos e bandidos, é o sistema. Temos elites improdutivas que drenam as riquezas, destroem o meio-ambiente, e repetem como idiotas o slogan legado por Friedman: *Greed is Good!*

Mas há limites para tudo. O Brasil tem 19 milhões de pessoas com fome, 116 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. Cerca de um terço são crianças. O Brasil exporta alimentos, rende mais do que abastecer o mercado interno. Só de grãos produzimos mais de 4 quilos por dia por pessoa. Não é falta de recursos, e sim de gestão social e política. Precisamos de uma nova economia, de economistas com outras cabeças, e de um ensino de economia centrado na solução dos dramas que nos assolam. No mundo morrem de fome mais de 2 milhões de crianças abaixo de 5 anos de idade. Para mim, não precisam ser parecidas com ninguém da minha família: é um escândalo intolerável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

i Robert Reich - The System: who rigged it, how we fix it – Alfred A. Knopf, New York, 2020

ii Crédit Suisse - Global Wealth Report 2021 - Credit Suisse Research Institute (June 2021, p.17) https://www.credit-suisse.com/about-us/en/reports-research/global-wealth-report.html

iii Ellen Brown – A Universal Basic Income is Essential and will Work - Global Research, April 20, 2020 https://www.globalresearch.ca/universal-basic-income-essential-will-work/5710152

iv In Robert Reich – The system – p. 194 – "The conspicuously wealthy turn up urging the character building value of privation for the poor."

v Emmanuel Sazez and Gabriel Zucman – The Triumph of Injustice – Norton, New York, 2019

Tecnologia e mundo do trabalho: pensando sobre o futuro

Por Rosa Maria Marques

Tecnologia e acumulação do capital

A tecnologia, ou melhor, o avanço da tecnologia, afeta todos os campos da atividade humana. Essa assertiva é inconteste, valendo para toda a trajetória do ser humano. Esse, desde seus primórdios, associou a atividade adequada a um fim, isto é o próprio trabalho, ao objeto do trabalho, se valendo de um instrumental. É isso que nos diz Marx, no capítulo V, do volume 1, de *O capital*, quando está descrevendo os elementos constitutivos do processo de trabalho. E não se enganem, ele está se referindo a qualquer processo de trabalho, independentemente de seu resultado ser tangível ou imaterial.

No capitalismo, evidentemente, não é diferente. A diferença é que o capital está ininterruptamente adequando os elementos que integram o processo de trabalho ao seu objetivo de valorização. Nessa ação, destaca-se o papel que a tecnologia exerce na produção de mercadorias. Ao contrário dos modos de produção dominantes que lhe antecederam ou mesmo daqueles que associamos aos povos originários de algumas regiões do mundo, a busca incessante por produtividade é um atributo do capitalismo. Tal como se

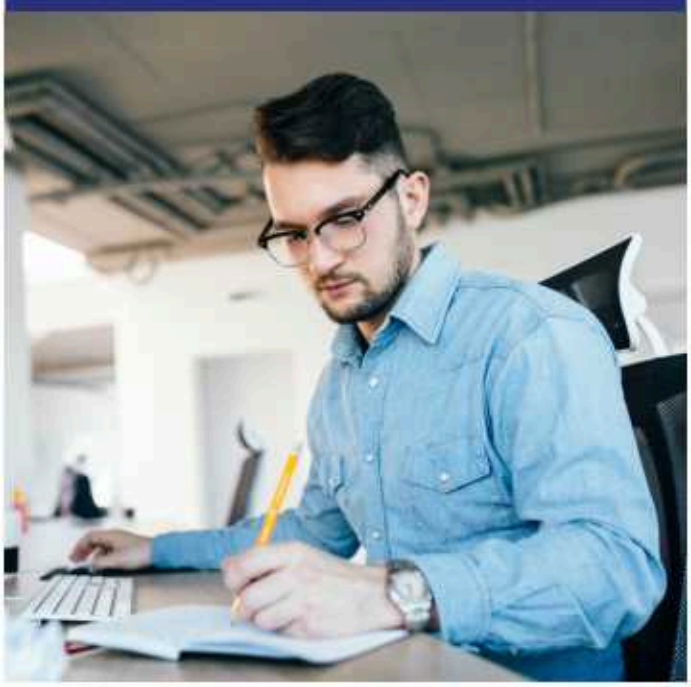
Rosa Maria Marques

Economista, professora titular da PUC-SP. Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Economia Política e da Associação Brasileira de Economia da Saúde.

integrasse seu DNA. É mediante diferenciais de produtividade que capitalistas se diferenciam de seus concorrentes e, ao reduzirem seu custo, obtêm lucros extraordinários em relação àqueles que ainda produzem segundo as normas de produção ditas como normais ou costumeiras. Esse lucro extraordinário será mantido enquanto os demais não incorporarem os novos métodos de produção, pois a busca pelo aumento da produtividade é perseguida por todos. Em outras palavras, no capitalismo, como não poderia ser diferente, o processo de trabalho é o veículo pelo qual o capital se valoriza, dado que, segundo Marx, a fonte do novo valor que fundamenta a ampliação do capital é o excedente gerado pelo trabalho assalariado na produção.

Na história do capitalismo, o avanço da produtividade se manifesta largamente mediante a incorporação de novas tecnologias, que se consubstanciam nas máquinas e equipamentos e nos processos de produção. A exceção à regra é dada pelos avanços da organização do trabalho propiciados por Frederick Taylor e Henry Ford, que elevaram substancialmente, como que da noite para o dia, a produtividade do trabalho. Mesmo esses avanços não podem ser dissociados da especialização das ferramentas que os acompanhou, muito embora isso não estivesse fundamentado em uma nova base técnica.

" A busca incessante por produtividade é um atributo do capitalismo."



Em sua trajetória, a busca incessante do capital por aumentos da produtividade tem como resultado não só a mudança no ambiente de trabalho, o que implica a relação entre equipamentos e homens, a disposição desses no local, entre outros aspectos, como também a alteração das funções e do perfil, consequentemente, do trabalhador requerido, o que está sobejamente documentado na literatura especializada. A fábrica reorganizada por Ford não guardava nenhuma semelhança com o processo de produção anteriormente vigente, tornando o trabalho repetitivo e simples em praticamente toda a linha da produção, com exceção da ferramentaria e, em menor grau, na pintura e soldagem. A generalização de suas normas de produção na indústria automobilística e em outros ramos de atividade empregaram milhões e milhões de trabalhadores e garantiram taxas crescentes de produtividade até que seu esgotamento relativo ficou evidente em meados dos anos 1970 nas principais economias do mundo, mas já havia se manifestado ao final de 1960 nos Estados Unidos.

Já nos anos 1980 e 1990, a introdução da base técnica na microeletrônica nessa indústria reestruturou completamente o chão de fábrica, tornando-o quase irreconhecível. O número de trabalhadores reduziu-se substancialmente, o mesmo acontecendo em outros setores, entre os quais se destaca a atividade bancária. No Brasil, isso levou a que essas categorias deixassem de constituir a vanguarda do movimento dos trabalhadores, isto é, que não fossem mais referência nas campanhas salariais e na condução das lutas mais gerais dos assalariados. Contudo, o uso menos intensivo da força de trabalho nessas atividades e em outras foi mais do que compensado pelo emprego resultante de novas atividades e mesmo da criação de novas plantas, tanto no plano nacional como internacional. Em

outras palavras, o receio dos ludistas do século XVIII de o trabalho ser eliminado pelas máquinas não se concretizou nem antes, nem quando da introdução da base técnica na microeletrônica.

Um mundo novo em gestação

No momento em que vivemos, avança a indústria 4.0, a internet das coisas e o desenvolvimento da inteligência artificial. Esse avanço foi, inclusive, intensificado durante a pandemia de covid-19. Como escrevemos no capítulo 6 do livro Pandemias, Crises e Capitalismo, editado pela Expressão Popular (2021), não se trata propriamente de uma nova tecnologia e sim da convergência do uso de inovações preexistentes que têm um caráter disruptivo, pois têm potencial de reestruturar radicalmente os sistemas produtivos, contestando posições de mercado, entre outros impactos. Quanto à indústria 4.0, consiste na integração de distintas tecnologias já existentes e no fato de seu uso resultar em soluções distintas daquelas que prevaleciam até então. Isso implica grandes mudanças no plano da organização industrial, além de estreitamento da relação entre produção e consumo. Entre os principais resultados esperados da indústria 4.0 estão a redução de custo de toda ordem (de energia, de parada técnica, dos equipamentos, enfim, dos custos de produção), o aumento da flexibilidade dos processos produtivos, a redução da escala, a aproximação ao consumidor, entre outros. Já no caso da inteligência artificial (IA), algo de novo, com certeza, está sendo gestado, pois "a concessão de autonomia ao equipamento no processo decisório é algo qualitativamente diferente do que vimos até agora. Seu significado e seus impactos, não somente econômicos e sociais, mas também na subjetividade humana, são questões que deverão ser objeto de muita discussão e aprofundamento no futuro, na medida em que avanços ocorrerem em seu campo" (MARQUES et al, 2021).

Tudo isso nos leva a acreditar que não há dúvida de que estamos presenciando uma grande mudança, que afetará profundamente os ambientes de trabalho e as demais atividades humanas. Embora seus efeitos plenos sejam previstos para serem sentidos somente nos próximos 10 a 15 anos, o potencial de produtividade que a indústria 4.0, a internet das coisas e a IA encerram é tal que coloca na ordem do dia, pela primeira vez, a ideia de que, no futuro, haverá cada vez menos emprego e que milhões de trabalhadores serão excluídos. Dito de outra forma, nem mesmo seria possível considerar que esses excluídos integrassem o exército industrial de reserva, na expressão de Marx, posto que a palavra reserva implica considerar que, a depender das circunstâncias, os trabalhadores desempregados poderiam vir a ser chamados em outro momento para compor as fileiras dos ocupados. Ao contrário, o que parece estar em curso é um processo que conduzirá a uma economia do uso da força de trabalho em termos absolutos e não relativos, levando à definitiva exclusão de milhões. Isso não guarda paralelo ao processo de precarização da força de trabalho

"No momento em que vivemos, avança a indústria 4.0, a internet das coisas e o desenvolvimento da inteligência artificial. Esse avanço foi, inclusive, intensificado durante a pandemia de covid-19."

(que muitos chamam de uberização) que vemos se expandir pelo mundo inteiro, mesmo nos países em que os trabalhadores mais se fazem ouvir. É algo muito pior.

A diminuição da necessidade do uso da força de trabalho não deveria, no entanto, ser visto como algo negativo e sim como uma oportunidade de promover redução substantiva da jornada de trabalho. Redução que poderia ser pensada no número de horas dedicado ao trabalho no dia, na semana, no ano ou mesmo na vida, com interrupção ao longo da vida, sem desprover de uma renda adequada aos que assim desejarem fazer. Essa última afirmação remete à discussão que ora está sendo feita de pensar a renda básica como algo muito além de uma renda mínima, o que aqui não tem como ser aprofundado. Ao mesmo tempo em que a jornada de trabalho começaria a ser reduzida, se estaria começando a pensar a organização da vida em torno de algo que não o trabalho. Alguns dirão: pura utopia.

Mas se parte da produtividade for socializada, enão simplesmente apropriada pelos capitalistas, é possível iniciarmos um período de transição que nos conduza a essa nova realidade. No passado, depois de finda a Segunda Guerra Mundial, quando os ganhos de produtividade não se comparavam (embora importantes) aos que se vislumbra ser possível com a aplicação dessas "novas tecnologias", isso aconteceu sob a forma de aumento dos salários reais e o desenvolvimento da proteção social.

As condições objetivas para essa socialização parecem estar sendo desenhadas hoje, o que ficará muito mais evidente a partir do pleno desenvolvimento e uso da inteligência artificial, quando o descrito nos bons livros de ficção científica fará parte de nosso cotidiano. Contudo, para que os avanços da produtividade sejam compartilhados, isto é, para que sejam considerados fruto ou conquista do desenvolvimento humano, é preciso começar a criar as bases da construção de outra organização social e produtiva hoje, na qual as pessoas constituam sujeitos de seu destino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MARQUES, Rosa Maria. LEITE, Marcel Guedes BERWIG, Solange Emilene. DEPIERE, Marcelo. Pandemias, Crises e Capitalismo. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

O papel dos bancos na recuperação da economia brasileira

Por Roberto Luis Troster

Há de se escolher o papel. O mais esperado é que, este ano, os bancos contribuam com o crédito para um crescimento do PIB superior a 5% e que no próximo, em 2022, continuem a andar de lado, mantendo a relação crédito/PIB próxima de 50%. É o valor dos últimos anos e é metade do potencial do Sistema Financeiro Nacional, quando comparado com outros países.

O outro papel que os bancos podem ter na retomada é se transformarem em propulsores do crescimento. Para tanto, o requisito é mudar o paradigma da intermediação financeira, que é anacrônico. O sistema bancário é sofisticado e seu desempenho é primoroso em alguns aspectos, todavia é medíocre em outros.

Por um lado, é sólido e tem uma tecnologia de ponta e uma rede de abrangência nacional. Por outro, apresenta uma oferta de financiamento instável e onerosa, uma das mais caras do mundo; o que faz com que sua contribuição ao país seja negativa em alguns aspectos e questionada pela sociedade brasileira.

É possível, com ajustes, atender demandas de acionistas, clientes, bancários, banqueiros e demais segmentos da sociedade e aumentar o desempenho em eficiência, custos,

Roberto Luis Troster

Economista (prêmio Gastão Vidigal), doutor em Economia pela USP e pós-graduado em Banking pela Stonier School of Banking. É autor de livros e artigos, pesquisador e consultor de empresas, de governos e de instituições financeiras.

solidez estabilidade, transparência e inclusão.

As variáveis que afetam o desempenho bancário são financeiras, econômicas, institucionais, tecnológicas, culturais e estruturais, e estão em transformação, exigindo adaptações dentro da indústria bancária. É uma tarefa importante e complexa, na qual alguns países têm bons resultados e outros falham. As crises no fim da década passada ilustram bem o ponto.

Uma intermediação financeira eficiente e estável interessa ao país. O crédito é a ponte entre o presente e o futuro e necessita uma política consistente que alinhe interesses privados e sociais, que proporcione mais desenvolvimento para o país e que gere mais lucros com mais legitimidade para os bancos. Não são objetivos incompatíveis, pelo contrário. É possível fazer acontecer.

A questão é como. O desafio é fazer os ajustes necessários possíveis para os bancos que beneficiem o conjunto e para que cada instituição possa desenvolver um modelo de negócio rentável, estável e sólido, com uma contribuição social legitimada. O setor bancário brasileiro tem vantagens competitivas que podem alavancar o crescimento do país.

Melhorar a indústria financeira é possível e viável. Para tanto, o fundamental é mudar o paradigma vigente, de uma intermediação num ambiente instável, onde o importante era a solidez, a rentabilidade e o curto prazo, para outro, adequado aos tempos atuais, onde além de sólido e de rentável, é necessário foco no longo prazo, e em sua função social de inclusão bancária, de estabilidade da oferta de crédito, de inovação e de globalização. É possível e é viável melhorar e muito a oferta de crédito no Brasil.

Há uma saída, que consiste em dez medidas, listadas a seguir, que só dependem do Poder Executivo, do Ministério da Economia e do Banco Central. Se adotadas, farão uma grande diferença em pouco tempo.

I. Mudar a tributação. A tributação brasileira na intermediação é única no mundo. Não se tributa a riqueza, mas as dívidas são altamente tributadas. É bizantina: a alíquota efetiva, dependendo do tipo de operação, depende do dia do calendário. Cobra-se mais de quem paga juros mais altos. Quem recebe juros contribui com menos do que quem paga. O mais endividado e o que paga mais juros são os mais prejudicados.

Em quase todas as operações, o valor dos tributos é maior do que o resíduo dos bancos, onde o governo ganha mais. São cinco tributos explícitos: IOF, IR, PIS, COFINS e CSLL, sobre quatro bases diferentes: juros, principal, prazos e lucro. A eles devem adicionar-se os tributos não explícitos. A voracidade tributária do governo sufoca a contribuição do crédito ao desenvolvimento do país. Poderia arrecadar mais, de maneira mais justa, reformulando a tributação.

“ O setor bancário brasileiro tem vantagens competitivas que podem alavancar o crescimento do país.”

II. Ajustar a política monetária. Quanto maior a inflação, juros mais altos, o governo arrecada mais com o imposto inflacionário e com a tributação maior no curto prazo e encolhe o potencial do país no médio e no longo prazo. Com juros mais altos, ganha mais quem vive de renda e paga mais quem depende do crédito para produzir. A inflação atual está em mais do que o dobro da meta fixada e deve permanecer alta nos próximos meses.

É resultado de uma combinação da demora em subir a taxa básica, na manutenção do entulho inflacionário na intermediação e na insistência numa política cambial equivocada. As expectativas de alta de inflação pressionam o dólar e criam um círculo vicioso que urge reverter. Considerando a memória inflacionária do país, se está correndo o risco desnecessário de inflação maior por mais tempo, algo que só convém ao governo.

III. A terceira medida é na transparência. O cálculo do custo efetivo de uma operação é complexo e exige conhecimentos sofisticados que a quase totalidade dos brasileiros não têm. Usa-se taxa ano e taxa mês, dias úteis e dias corridos e custo efetivo total mês e custo total ano. Ao que se devem fazer alguns a ajustes. Não é simples.

Para analistas também é difícil entender qual é o quadro do crédito. Na Nota de Crédito do Banco Central, alguns critérios de cálculo são passíveis de críticas. Exemplificando, incluem-se pagamentos à vista com cartões como operações de crédito. Dessa forma, a relação crédito/PIB aparece maior do que é e a taxa média e a inadimplência menores do que são. Usando o mesmo critério, poderia incluir pagamentos em cheque como operação de crédito. Melhoraria ainda mais a imagem, mas não a realidade do crédito no Brasil.

Mais claridade teria efeitos benéficos no crédito, tanto para relacionamentos eficientes e justos, como para diagnósticos acertados dos problemas e das retificações a serem feitas. Analistas, jornalistas, acadêmicos e cidadãos entenderiam melhor a dinâmica do sistema, formariam diagnósticos mais precisos e usariam o sistema com mais conhecimento, o que induziria a avanços na intermediação.

IV. No câmbio, a prescrição é clara. Deve-se atuar com contundência para estabilizar as oscilações. Fixar uma banda de compra e venda e um volume considerável de divisas para tanto. Algo como US$ 20 bilhões, todos os dias, comprando dólares a R$ 0,02 abaixo da cotação de fechamento do dia anterior e vendendo a R$ 0,02, acima da mesma. Em uma quinzena, a cotação da moeda norte americana vai estar mais estável e alinhada com os fundamentos da economia.

Permitir que os bancos no Brasil tenham contas em divisas. A medida vai contribuir para reduzir a volatilidade e transferir o custo e o risco de carregar reservas para os depositantes em divisas. Zerar a alíquota do IOF para operações no mercado comercial e turístico e tributar o mercado futuro. A medida não exige noventena.

V. As classificações do risco de operações de crédito têm que ser feitas para que reflitam o risco embutido. Deve-se manter a marcação original e exigir a precificação de operações ajustada ao risco. Atualmente, o sistema de classificação tem distorções regulatórias que subestimam os riscos. É um processo em que os adimplentes pagam mais caro para suportar a inadimplência. É injusto.

VI. Fazer correções no cadastro positivo, para que sirva como um instrumento interativo com tomadores de crédito, e adotar protocolos usados em outros países de precificação, de transparência, de proteção ao consumidor, de certificação e de tratamento dos inadimplentes.

VII. Cumprir o inciso VI do artigo 10 da lei Nº 4595, que diz que: compete privativamente ao Banco Central do Brasil exercer o controle do crédito sob todas as suas formas. Falta ao país um monitoramento mais transparente da evolução, da distribuição, das concessões, das taxas e das inadimplência nos setores não financeiro e financeiro. Sem um diagnóstico preciso é problemático receitar.

VIII. Redução do peso da dívida. Urge melhorar a capacidade de tomar empréstimos de empresas e de cidadãos sem perdas de capital para os bancos. Todas as dívidas teriam o prazo estendido para 30 meses e as taxas de juros seriam reduzidas para 26,8% ao ano (2,0% ao mês).

O peso da dívida é a soma dos juros com a amortização. Supondo a taxa proposta, uma dívida de R$ 1.000 tem um peso da dívida de R$ 1.020 se o prazo for de um mês. Para dois meses, cai para R$ 515 e assim sucessivamente até que em trinta meses é reduzido para R$ 44.

Note-se que o valor nos balanços dos bancos permanece o mesmo e apesar das quedas das taxas das operações, há um aumento da adimplência esperada, que mais do que compensa. O redemoinho de dívidas cada vez mais caras, com mais inadimplência e prazos curtos pode ser revertido. Haveria uma limpeza (clean up) das carteiras dos bancos.

É paradoxal, mas apesar do Brasil ter um dos custos de crédito mais altos do planeta, prazos são um problema maior que taxas de juros. Há uma circularidade no argumento: prazos curtos também explicam custos, inadimplência e taxas altas. A renegociação resolveria o problema e mudaria a dinâmica.

IX. Uma medida complementar é a eliminação de todos os juros e multas nos parcelamentos de tributos. Aumentaria ainda mais o fôlego financeiro das empresas e cidadãos, limparia os nomes de milhões, aumentando sua capacidade de tomar crédito comercial e financeiro.

X. Remoção do entulho inflacionário. Apesar de a moeda ter se estabilizado há mais de um quarto de século, o quadro institucional permanece o mesmo, com múltiplos indexadores, compulsórios, moeda remunerada, tabelamentos e outras deformidades.

Não é necessário reinventar a roda. Basta fazer o que os outros países, em que o crédito é propulsor, fazem. O sistema financeiro é uma ponte entre o presente e o futuro, e quanto mais bem construída, mais incentivos terá para canalizar investimentos, incluir cidadãos na economia e aumentar a produtividade das empresas brasileiras.

A questão é escolher bem o papel que os bancos podem ter na recuperação: ou mais do mesmo, ou muito mais contribuição.

Biden Economics: o fim do neoliberalismo?

Por José Luis Oreiro

A eleição de Ronald Reagan como presidente dos Estados Unidos e de Margareth Thatcher como primeira-ministra do Reino Unido na transição dos anos 1970 para os anos 1980 marcou o início da hegemonia do pensamento neoliberal na condução das políticas macroeconômicas, tanto nos países do primeiro mundo como na América Latina. O neoliberalismo é um termo de amplo espectro que tem como traço fundamental a crença de que a prosperidade econômica é resultante da liberdade individual para empreender, investir e trabalhar sem as amarras impostas pela regulamentação Estatal. O bem-estar coletivo é o resultado da iniciativa individual desde que a concorrência livre seja observada e garantida. A intervenção estatal nos mercados, principalmente nos mercados financeiros, levaria a uma ineficiência na alocação de recursos, levando assim a redução do ritmo de crescimento econômico. As políticas de assistência social, o incentivo à sindicalização da força de trabalho e de redistribuição de renda instituídas, de forma tímida, nos Estados Unidos a partir do *New Deal*, do presidente Franklin Delano Roosevelt (1933-1945), e nos países da Europa Ocidental, a partir

José Luis Oreiro

Professor Associado da Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador. Autor dos livros "Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva Keynesiana", "Macrodinâmica Pós-Keynesiana: Crescimento e Distribuição de Renda" e "Macroeconomia da Estagnação Brasileira" este último escrito em coautoria com Luiz Fernando de Paula. Ganhou o Prêmio Brasil de Economia na Categoria livro em 2017 e 2020.

do final da Segunda Guerra Mundial, seriam contraproducentes, pois reduziriam os incentivos individuais ao trabalho, perpetuando assim a pobreza; reduziriam a criação de empregos, devido ao aumento do custo de trabalho induzido pela sindicalização; e reduziriam o incentivo ao investimento e à inovação, ao reduzir os ganhos monetários da classe empresarial. Nesse contexto, a agenda econômica passou a ser pautada por temas como privatização, desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiros, redução das alíquotas de importação para fomentar o livre comércio entre os países e corte das despesas do governo para permitir o equilíbrio orçamentário ao mesmo tempo em que se viabilizava uma redução de impostos, notadamente sobre os mais ricos, com o objetivo de estimular o investimento e a inovação.

Durante mais de 40 anos, o neoliberalismo foi adotado, com maior ou menor ênfase, a depender do país e da circunstância histórica específica, nos países do Ocidente. A queda do Muro de Berlim, em 1989, seguida pelo colapso da União Soviética, em 1991, pareceriam legitimar a pretensão dos defensores do neoliberalismo de que o capitalismo de laissez-faire é a melhor forma de organização econômica das sociedades humanas. Ele inclusive estava se mostrando compatível com a democracia representativa e o Estado Democrático de Direito; isso porque as ditaduras da América Latina estavam desaparecendo nos anos 1980 e 1990 e os novos governos democraticamente eleitos desses países estavam adotando os preceitos do assim chamado *Consenso de Washington* que preconizava a adoção de reformas liberalizantes como saída para a *década perdida* nos anos 1980, quando a combinação de elevado endividamento externo e inflação galopante nas principais economias dessa região não só havia reduzido drasticamente o seu ritmo de crescimento, como ainda havia desacreditado a estratégia de desenvolvimento dos 30 anos anteriores, baseada na *Industrialização por Substituição de Importações liderada pelo Estado*.

Os resultados das políticas neoliberais não foram, contudo, os esperados pelos seus defensores. O ritmo de crescimento dos países desenvolvidos apresentou uma clara redução na comparação com *os anos gloriosos do capitalismo* (1950-1975), período no qual prevalecia no mundo desenvolvido o que podemos chamar de *capitalismo socialmente administrado;* ou seja, uma economia na qual existia a propriedade privada dos meios de produção, mas na qual o Estado não era apenas o agente regulador dos mercados, como também desempenhava um papel fundamental no planejamento do investimento e na administração do nível de demanda agregada de forma a manter a economia funcionando o mais próximo possível do pleno-emprego. Além disso, a distribuição de renda, que havia apresentado uma melhoria significativa entre 1930 e 1980, voltava a apresentar sinais

"O neoliberalismo é um termo de amplo espectro que tem como traço fundamental a crença de que a prosperidade econômica é resultante da liberdade individual."

inquietantes de piora à medida que os salários reais deixaram de acompanhar o crescimento da produtividade do trabalho, aumentando não só a participação dos lucros na renda nacional, como também a parcela da renda apropriada pelo 1% mais rico da população. A elevada prosperidade, que nos anos gloriosos do capitalismo era compartilhada, agora não só era menor, como ainda era apropriada por uma parcela reduzida da população dos países desenvolvidos. Por fim, a desregulamentação financeira pôs fim a um período longo de estabilidade financeira no mundo. Em 1987, ocorreu a primeira crise financeira de grandes proporções nos Estados Unidos com a falência de várias instituições de poupança e de empréstimo (*savings and loans*). Nos anos 1990, ocorreu a crise do sudeste asiático, quando vários países que mal haviam acabado de adotar as políticas de liberalização financeira defendidas pelo FMI, como a Coreia do Sul, enfrentaram ataques especulativos contra as suas moedas. Em 2001, foi a vez da crise das empresas ponto com nos Estados Unidos. E no dia 15 de setembro de 2008, a falência do banco de investimento *Lehman Brothers* marcou o início da grande crise financeira internacional.

"A crise financeira internacional de 2008 produziu um forte abalo na confiança depositada nas políticas neoliberais."

A crise financeira internacional de 2008 produziu um forte abalo na confiança depositada nas políticas neoliberais. Para evitar a ocorrência de uma grande depressão igual ou superior a ocorrida em 1929, os governos dos EUA e dos demais países desenvolvidos tiveram que intervir fortemente no sistema financeiro, aumentar de forma expressiva os gastos públicos e reduzir as taxas de juros de curto prazo para o temido zero-lower bound no qual a política monetária deixava de ser eficaz devido a armadilha da liquidez. No entanto, tão logo as economias dos países desenvolvidos começaram a apresentar sinais de recuperação cíclica, os defensores do neoliberalismo voltaram à carga contra as políticas intervencionistas afirmando que tais políticas haviam (sic) produzido um aumento colossal do endividamento do setor público, o qual seria (sic) insustentável no médio e longo prazos. Era necessário o retorno às políticas de austeridade fiscal, mesmo que os efeitos da crise financeira internacional ainda se fizessem sentir na forma de elevado desemprego e de baixo crescimento econômico. A retórica do *abismo fiscal* foi exitosa em convencer a opinião pública e os políticos nos países desenvolvidos de que era necessário abandonar a política fiscal expansionista, pois o aumento da dívida pública estava minando o *espírito animal* dos empresários, retardando assim a recuperação cíclica por conta da baixa disposição dos empresários do setor privado em investir.

O retorno precipitado às políticas de austeridade fiscal teve um impacto profundo tanto nos Estados Unidos como nos países europeus. A destruição dos empregos industriais ocorrida nos Estados Unidos durante a crise de 2008 contribuiu para fazer com que parte significativa dos trabalhadores semiqualificados

do *cinturão da ferrugem* tivessem que escolher entre o desemprego de longo prazo ou os empregos precários e/ou de tempo parcial no setor de serviços. Esses trabalhadores brancos semiqualificados eram a base tradicional de apoio do partido democrata no norte dos Estados Unidos. Foi durante o governo democrata de Barack Obama que eles foram "deixados para trás". Sua resposta viria em 2016, com o apoio à candidatura do populista Donald Trump. Nos países europeus, notadamente na área do Euro, o retorno a austeridade fiscal obrigou o Banco Central Europeu a adotar taxas de juros nominais negativas, experimento único na história do capitalismo, para tentar estimular as economias do Euro que se arrastavam numa trajetória de baixo crescimento e de alto desemprego.

Antes da crise produzida pela pandemia do covid-19, muitos economistas[1] e políticos nos Estados Unidos e na Europa já discutiam abertamente o fracasso do neoliberalismo e a necessidade de reformar o capitalismo de maneira a recriar a prosperidade compartilhada dos anos gloriosos. A covid-19 acelerou esse processo ao permitir a eleição de Joe Biden como presidente dos Estados Unidos.

Nos primeiros meses de governo de Biden foram propostos três pacotes fiscais que têm por objetivo fazer uma mudança estrutural profunda na economia e na sociedade americana. A intenção é acelerar o crescimento, mas de forma ambientalmente sustentável e fazer com que os frutos do progresso econômico sejam apropriados por uma ampla camada da população, não apenas por alguns poucos privilegiados.

Um primeiro pacote fiscal, de US$ 1,9 trilhões, aprovado em março de 2021, tinha por lema "no one will left behind". O projeto final inclui 400 bilhões de dólares em pagamento único de 1.400 dólares à maioria dos norte-americanos, 300 dólares por semana em auxílio-desemprego ampliado para as 9,5 milhões de pessoas que ficaram sem trabalho na crise e 350 bilhões de dólares em ajuda a governos estaduais e locais com problemas orçamentários. Trata-se de um pacote Keynesiano típico de estímulo à demanda agregada por intermédio de transferências de renda aos desempregados e às pessoas mais pobres.

Um segundo pacote de US$ 1,1 trilhão, mas com estimativa inicial de US$ 2,3 trilhões, foi aprovado em agosto de 2021 no Senado. O Foco aqui foi na infraestrutura dos EUA, relativamente atrasada com respeito à Europa e à China, e na mudança climática. O alvo é o lado da oferta da economia, trata-se de aumentar a produtividade do capital e realizar uma mudança estrutural na direção de tecnologias mais eficientes na emissão de CO_2.

Dessa forma, o objetivo é elevar o potencial de crescimento de longo prazo da economia dos EUA, ou seja, não se trata de um pacote tradicional de estímulo de demanda agregada. Na verdade, trata-se de um programa tipicamente desenvolvimentista: o crescimento econômico será acelerado por intermédio de mudança estrutural induzida pelo Estado.

Por fim, ainda está sendo negociado um terceiro pacote de US$ 1,8 trilhão que visa melhorar a rede de proteção social nos Estados Unidos, considerada a mais precária entre as nações ricas, com ampliação da cobertura de saúde, financiamento à educação e licenças a trabalhadores. Ou seja, caso aprovado pelo Congresso, esses gastos vão além do simples socorro à economia e tentam criar um papel novo para o Estado. O foco é criar um efetivo Estado do Bem-Estar Social nos EUA, tarefa iniciada no governo de Franklin Roosevelt, mas nunca completada.

Se os pacotes fiscais de Joe Biden forem efetivamente implementados e bem-sucedidos pode ser que seja o início do fim do neoliberalismo. Já vai tarde.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] A esse respeito ver Blanchard, O; Summers, L. (2019). "Evolution or Revolution: Rethinking macroeconomic policy after the Great Recession". MIT Press: Cambridge.

Mercado de Trabalho dos Economistas

Por Fernando Nogueira da Costa

Como não sou especialista em Economia do Trabalho, descobri há pouco tempo, ao dar aula sobre Fontes e Uso de Informações, úteis para economistas, o site do PDET – Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho: clique **AQUI** para acessar. Na página inicial, o pesquisador deve clicar em Anuário Estatístico da RAIS para acessar a base de dados.

Você pode escolher informações sobre Emprego, Remunerações, Tempo de Emprego e Estabelecimentos. Dentro de Remunerações, por exemplo, pode obter a Remuneração Média Mensal Nominal dos Empregados em 31/12 por Área Geográfica e Família Ocupacional: clique **AQUI** para acessar.

Desde logo, destaco nessa fonte constar o regime celetista, mas não o regime estatutário, composto de regras regentes da relação dos Estados e dos servidores públicos com base no estatuto do ente público. É uma séria limitação, porque muitos economistas, como é o meu caso, são servidores públicos, tanto no nível federal, quanto no nível estadual ou municipal.

Resumo aqui a pesquisa feita por mim para atender ao convite de participação no XXIV

Fernando Nogueira da Costa

Professor Titular do IE-UNICAMP. Autor de "Economia de Mercado de capitais à Brasileira. Baixe em "Obras (Quase) Completas": clique AQUI para acessar.

Congresso Brasileiro de Economistas e falar sobre o tema Formação Continuada dos Economistas. O mais interessante é, mais uma vez, através de uma visão holista, fazer uma ponderação dos principais componentes do mercado de trabalho profissional.

Antes, para comparação, vale registrar, na atual conjuntura, com elevadíssima taxa de desemprego, talvez o mais atraente para a formação em Ensino Superior seja a informação sobre níveis de ocupação segundo o nível de instrução. Em 2019, ano anterior ao da Grande Depressão de 2020, quase 80% com Ensino Superior estavam empregados; menos de 66% com Ensino Médio tinham emprego; menos de 50% com Ensino Fundamental encontravam-se na mesma situação; enquanto apenas 40% sem instrução conseguiam essa proeza, isto é, um emprego.

Por qual razão havia desemprego de cerca de 20% das pessoas com Ensino Superior? Os especialistas diziam o perfil dos recém-formados estar sem ajuste à demanda do mercado de trabalho. Eles se concentram em poucas áreas profissionais, onde não há tantas vagas em ocupações: 80% dos formandos concentram-se em apenas seis profissões. São elas: Direito, Administração, Educação, Saúde, Engenharia, Computação.

Outro argumento de economistas pró-mercado era o número total de graduados estar superior ao atendido pelo mercado de trabalho brasileiro. Ora, o governo necessita criar incentivos, como investimentos públicos produtivos, para arrastar os gastos em investimento do setor privado para gerar o número de empregos demandados pela sociedade!

Diziam ainda a multiplicação das instituições privadas com cursos mais baratos (Direito e Gestão) e maior oferta das bolsas do Prouni/Fies ter multiplicado diplomas de Ensino Superior de "UniEsquina", ou seja, faculdade de 2ª. linha sem qualidade de ensino. Criticavam ainda a elevada demanda por esse diploma, visto como sinônimo de status social pela esperança de mobilidade social e acusavam o desprezo pelo Ensino Técnico tão necessário à economia brasileira.

Alegavam os salários maiores estarem registrados nas carteiras de trabalho dos já empregados com nível superior. As pesquisas são feitas com eles – e não a respeito dos salários a serem pagos para eventuais vagas, distorcendo a análise.

É fato a escolha precoce da profissão, quando o adolescente recém-saído do Ensino Médio tem total desconhecimento de ocupações de fato exercidas pelos distintos profissionais. Escolhem com base em "comportamento de manada" mimético.

Pior, os necessitados estudantes de ensino pago não têm condições financeiras de sair do emprego para fazer estágio. Sem nenhuma experiência na profissão não conseguem competir com um *generalista flexível*, bem preparado em Universidades com ensino de excelência para aproveitar quaisquer oportunidades no mercado de trabalho.

A primeira descoberta interessante, na pesquisa de dados na RAIS, é o emprego formal total dos economistas *strictu sensu* ter permanecido praticamente o mesmo, em período de estagnação (2015-2019), em torno de 43,5 mil contratados, embora

Níveis de ocupação segundo o nível de instrução (2019)

Ensino Superior	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Sem instrução
80% estavam empregados	Menos de 60% estavam empregados	Menos de 50% estavam empregados	40% estavam empregados

tenha caído na faixa acima de 5 salários mínimos de 26 mil para 20 mil. Pode ser fruto de aposentadoria e recontratação de mais novos em faixas de remuneração mais baixas.

Quanto à remuneração média nominal, nesse período (2015-2019), houve queda no Nordeste (-6%) e maiores elevações no Norte (+18%) e Sudeste (+12%). No Sul foi menor (+7%) e menos ainda no Centro-Oeste (+3%), talvez como influência da referência de salários sem recomposição inflacionária dos servidores públicos estatutários nessa segunda Era Neoliberal, ou seja, um congelamento em nome do inalcançável ajuste fiscal sem crescimento econômico.

Quase metade (47%) dos economistas tem remuneração acima de 5 salários mínimos. Na região Centro-Oeste (inclusive Distrito Federal), a remuneração média acima desse valor contempla 52% deles, enquanto no Nordeste apenas 1/3 (33%) ultrapassam esse patamar.

Para entender a *segmentação regional do mercado nacional*, a informação mais relevante é 71% dos economistas trabalharem na Região Sudeste. Norte-Nordeste juntos somam 10% e a participação do Sul supera o dobro do percentual do Centro-Oeste: 13% contra 6%.

Achei também interessante comparar as faixas de renda segundo regiões, idade, tempo de emprego entre professores de Ciências Econômicas (reunidas com Administração e Contabilidade no Ensino Superior) e economistas. Nos topos das carreiras docentes, com 65 anos ou mais, a média nacional desses professores alcança menos de dez mil reais (R$ 9.800), sendo no Sudeste e Centro-Oeste possível superar com, respectivamente, R$ 10.876 e R$ 10.104.

Os economistas fora da academia alcançam a média nacional acima de catorze mil reais, puxada principalmente pela do Centro-Oeste (R$ 16.881). Só no Nordeste ganham bem abaixo: R$ 11.758.

Para comparação, acima de dez salários mínimos (R$ 9.980 em 2019) estavam os 5% mais ricos em renda no Brasil.

Acima de cinco anos de carreira (60 meses ou mais) só no Sudeste os professores se aproximavam dessa faixa com R$ 9.552. Na média geral, tanto docentes do Nordeste (R$ 4.740) quanto do Centro-Oeste (R$ 4.910) não atingiam a faixa dos 10% mais ricos em renda acima de 5 salários mínimos.

Por sua vez, economistas no Centro-Oeste, inclusive Distrito Federal, tinham uma remuneração média muito próxima dos 5% mais ricos: R$ 9.801. Evidentemente, média é uma medida enganosa se não for acompanhada de outras medidas de dispersão.

Em Estatística, *dispersão* mostra quanto uma distribuição é "esticada" ou "espremida". Exemplos comuns de medidas de dispersão estatística são a variância, o desvio padrão e a amplitude interquartil. Dispersão é contrastada com posição ou tendência central, pois juntas elas são as propriedades de distribuições mais usadas.

As médias salariais dos economistas variam bastante nas Unidades Federativas. Em São Paulo, em 2020, era R$ 6.262 (piso R$ 5.715

e teto R$ 9.463), no Rio de Janeiro com sedes de empresas estatais era R$ 8.757 (piso R$ 7.992 e teto R$ 13.233) e no Distrito Federal, idem, R$ 8.873 (piso R$ 8.098 e teto R$ 13.409).
A cidade com mais vagas de emprego para economista e, por consequência, com mais ocorrências de contratações é São Paulo-SP. Lá está o centro financeiro do país com sedes de corretoras com média salarial de R$ 12.406 (piso R$ 11.323 e teto R$ 18.749) e bancos com média salarial de R$ 11.790 (piso R$ 10.760 e teto R$ 17.817).

Evidentemente, o salário varia de acordo com o nível de experiência do profissional. Um Economista Júnior com até 4 anos ganha em média R$ 6.008, no Estado de São Paulo, um Economista Pleno de 4 a 6 anos recebe em média R$ 6.917, e um Economista Sênior com mais de 6 anos na empresa (até sua demissão) obtém a média salarial de R$ 10.383,72 mensais.

Uma noção mais próxima da realidade é quando se compara as demais "famílias ocupacionais" afins com a profissão de economista. Além dos professores de Ciências Econômicas, reuni aos economistas, na RAIS, os operadores de mercado financeiro, os auditores-fiscais do Tesouro Nacional, os auditores-fiscais da Previdência Social e os auditores-fiscais do Trabalho.

De cara, no caso da região metropolitana de São Paulo, destaca-se a soma de todas essas ocupações ser 26 mil profissionais. É acima do dobro do Rio de Janeiro (10.371), mais de quatro vezes superior ao de Belo Horizonte (5.339) e oito vezes superior ao do Distrito Federal (3.292).

Uma grande diferença nas ocupações afins se refere ao número de *operadores de mercado financeiro* em São Paulo (2.557) face aos das demais regiões metropolitanas comparadas: Rio de Janeiro (381), Belo Horizonte (178) e Distrito Federal (45). Em *auditores-fiscais do Tesouro Nacional* a diferença não é tão acentuada: São Paulo (4.103), Rio de Janeiro (2.608), Belo Horizonte (1.296) e Distrito Federal (1.291). Menor ainda é a diferença em *professores*: São Paulo (2.912), Rio de Janeiro (1.922), Belo Horizonte (856) e Distrito Federal (416).

Por fim, mais chocante (e revelador dos problemas das médias sem serem acompanhadas de medidas de dispersão) é verificar a *hierarquia metropolitana das remunerações médias nominais* na tabela abaixo. Surpreendeu-me as posições de São Paulo e Belo Horizonte, não tanto as do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, como já tive oportunidade de morar nessas quatro regiões metropolitanas.

Anuário RAIS Vinculo Id

Remuneração Média Nominal no Ano por Área

Média de Valor da Remuneração Média Nominal

2512 - Economistas - Ano 2019

	Faixa Etária			
Região Natural	De 18 a 39 anos	De 40 a 64 anos	65 anos ou mais	Total
Distrito Federal	10.314,43	17.813,93	17.633,44	14.905,45
Rio de Janeiro	8.732,65	15.884,59	17.895,24	11.607,27
Belém	5.219,70	8.395,49	13.833,14	8.240,64
Curitiba	5.497,18	11.266,73	18.007,23	7.313,43
São Paulo	6.060,37	8.466,13	12.209,24	6.748,48
Porto Alegre	5.207,29	9.269,15	16.094,30	6.696,95
Salvador	4.343,13	8.446,07	17.600,83	6.342,26
Belo Horizonte	5.286,82	7.677,76	9.028,86	6.291,42
Recife	4.853,16	6.569,00	9.456,99	5.642,67
Fortaleza	3.951,41	6.925,02	11.248,33	5.468,25

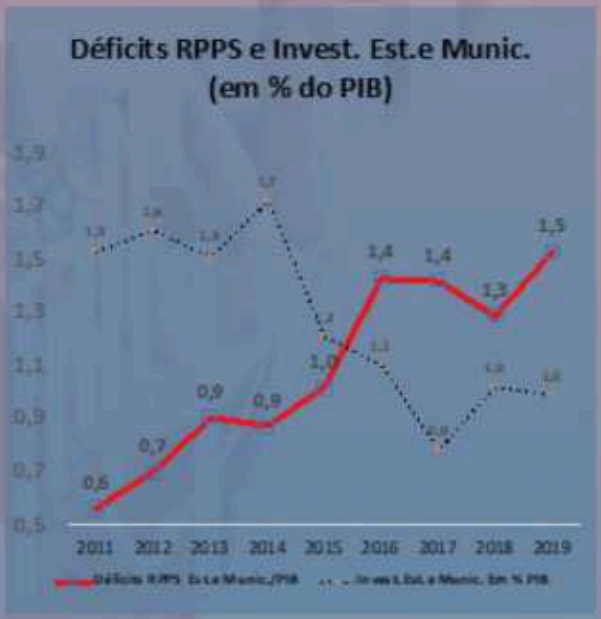
Fonte: RAIS-PDET (elaboração Fernando Nogueira da Costa)

Como economista, fiquei curioso por fazer uma correlação entre essas remunerações médias e os alugueis (ou os custos-de-vidas) nessas regiões metropolitanas. Mas contive meu desejo para outra ocasião, senão cansaria mais ainda o leitor...

Para retomar os investimentos públicos e o PIB

Por Raul Velloso

Diante da combinação de regras generosas com fatores de ordem demográfica, os custos previdenciários (definidos como os déficits previdenciários, ou "déficits RPPS", mais as contribuições patronais) dispararam ultimamente, e, por consequência, levaram à desabada dos investimentos subnacionais. Por serem os menos rígidos, estes são tipicamente ajustados para baixo nessas situações, o que se mostra com clareza no gráfico a seguir, para o período 2011-19, onde se confronta a evolução recente do principal componente dos custos previdenciários, ou seja, os déficits financeiros, com a taxa de investimento dos governos estaduais e municipais.[1]



Raul Velloso

Ph.D. em Economia pela Yale University, exerceu várias funções na administração pública federal até deixar o serviço público em 1991, quando era Secretário Nacional Adjunto de Planejamento do Ministério da Economia. Atualmente é consultor econômico de entidades públicas e privadas, e colunista dos jornais Estado de S.P., Correio Braziliense, Estado de Minas e O Dia, do Rio de Janeiro.

Quando se pensa que o mesmo fenômeno se estende inclusive ao Governo Central, fazendo com que os déficits previdenciários anuais somem, ao todo, algo próximo de R$ 200 bilhões, ou 2,8% do PIB, o agravamento recente da crise financeira da previdência pública brasileira implicará, isoladamente, a menos que haja alguma mudança relevante, uma queda brutal do crescimento da economia e das possibilidades de ampliação da geração de emprego em nosso país.

"(...) Os déficits previdenciários anuais somam, ao todo, algo próximo de R$ 200 bilhões, ou 2,8% do PIB."

Por um lado, e se levássemos em conta os demais itens na composição dos gastos subnacionais? Para um caso concreto de ente municipal, caberia decompor seus gastos totais nos seguintes grandes subitens: 1) inativos e pensionistas (que são a parte central do custo previdenciário e que representaram 14% do gasto total em um caso específico);[2] 2) pessoal ativo (30%); 3) demais gastos correntes (50%, sendo 39% compostos de gastos correntes obrigatórios, ou seja, amparados em alguma legislação específica, e 11% de gastos totalmente discricionários), e 4) investimento (os restantes 6% do total). Como demitir pessoal e reduzir salários é praticamente impossível, e diante da rigidez dos gastos obrigatórios, sobram apenas os 17% de gastos discricionários (investimento e "demais gastos correntes") para fazer ajuste em reação à disparada dos custos previdenciários. Na verdade, não há muito como escapar do ajuste dos investimentos, pois os "demais gastos correntes" têm muito a ver com o funcionamento da máquina pública e acabam sendo poupados na hora de fazer ajustes.

Para entender melhor a estrutura dos gastos municipais, cabe decompor os gastos obrigatórios, por ordem decrescente de peso: urbanismo (transporte urbano e coleta/tratamento de lixo), com 39,8% desse subtotal; saúde e educação, com 31,1% e 10,8%; dívida: 7,5%; Legislativo: 7,3%; precatórios: 2% e outros: 1,5%.

Para urbanismo, existe uma demanda por recursos claramente estabelecida, conforme, principalmente, o tamanho da população, da qual é praticamente impossível fugir. São também intrinsecamente rígidos os demais itens, exceto, ao menos em uma certa medida, saúde e educação, pois nesses dois casos foram fixados gastos mínimos arbitrariamente, com base em vinculações de receita, ou seja, percentuais fixos aplicados sobre uma base suficientemente ampla do somatório dos valores da maioria dos tributos. Assim, nesses casos, e grosso modo, há um valor mínimo arbitrário para o gasto setorial que tem sido legal e tradicionalmente especificado como porcentagem da Receita Corrente Líquida.

Por outro lado, contar com aumento da arrecadação tributária é temerário, especialmente quando se observa sua desabada recente, mercê da própria queda da taxa de crescimento da economia de 2013 para cá. Ou seja, por essa via, a solução do problema dependeria de o próprio crescimento do PIB aumentar, algo que cheira a contradição, pois, na verdade, o que se tentará recomendar nesta nota são exatamente caminhos capazes de retomar o crescimento dos investimentos públicos, do PIB e, por consequência, da arrecadação.

Nesse contexto, examinei, há pouco, a evolução da Receita Corrente Líquida de vários Estados de grande peso na federação, e verifiquei, no caso de maior peso, que, após ela ter crescido 43,8% entre 2006 e 2013, passou a cair na sequência, chegando em 2020 a 88,1% do valor observado em 2013. Diante das perspectivas desfavoráveis de crescimento do PIB que se

Foto: Arquivo/Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

apresentam, por vários motivos, até o momento, os entes públicos precisam, em consequência, concentrar seus esforços no equacionamento dos déficits previdenciários, que, na grande maioria dos casos por mim observados ultimamente, continuam mostrando tendências francamente desfavoráveis nos anos vindouros.

Essa foi a surpresa desagradável revelada na versão mais recente dos estudos atuariais que os estados e municípios realizam regularmente, que, na maioria dos casos, indicaram uma forte subida do chamado "custo previdenciário", que embute a soma das últimas projeções, ano a ano, dos déficits previdenciários anuais com as respectivas contribuições patronais, em contraste com uma evolução menos prejudicial dos demais itens dos respectivos orçamentos. A soma desses custos anuais, trazidos a valor presente, indicará o chamado "déficit atuarial", compromisso obrigatório, em valores acumulados, assumido pelo ente público perante seus servidores, para o custeio de suas despesas, ano a ano, após seu ingresso nas situações de aposentadoria e de pensão.

A saída básica, então, é atacar frontalmente o problema previdenciário, buscando equacioná-lo, de forma a abrir espaço para os investimentos se expandirem e a economia brasileira entrar em um círculo virtuoso.

No tocante ao ajuste previdenciário, são três as linhas gerais de atuação das políticas da área. A primeira é a aprovação de uma reforma de regras menos concessivas. A segunda é o aporte e a monetização de ativos e de recebíveis em geral em fundos criados para dar conta do financiamento dos fluxos previdenciários, durante a vida útil do regime em causa. E, por último, a busca de maior retorno nas aplicações financeiras da própria entidade. Numa palavra, trata-se de equacionar o desequilíbrio do regime previdenciário acaso existente a *priori*, por meio da zeragem do valor presente da diferença entre receitas e despesas ao longo de "x" anos, ou seja, em que, dados os fluxos futuros de despesas conforme as regras existentes, novas receitas ocorrem tanto de uma vez só, como no caso dos imóveis, como ao longo de um período rumo ao futuro, como no caso identificado a seguir, sem importar quão longo esse seja, pois "securitizações" ou antecipações de seu recebimento via operações de mercado financeiro são sempre possíveis, e com base em uma taxa de desconto adequada "y" escolhida especificamente para essa finalidade.

Entendo que a seleção dos ativos e recebíveis acima citados para aportar aos fundos de previdência deverá contemplar ativos menos líquidos, como imóveis, terrenos, "dívida ativa" (que se refere a compromissos relativos a tributos não honrados pelos contribuintes no momento aprazado, mas de exigência reconhecida legalmente) etc., onde se exigirá um período de tempo bem mais elevado para estruturá-los e posteriormente transformá-los em dinheiro vivo. Deverá contemplar, também, para a fase inicial do processo que se iniciar em cada caso, itens com grau máximo de liquidez e com regularidade de recebimento contínuo, para uma redução mais rápida dos déficits financeiros anuais nesta fase, que impõe urgência na adoção de soluções para o equacionamento do problema previdenciário. Tal seria o caso de itens da arrecadação normal, com receita regular e garantida ao longo dos anos, como o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) dos servidores públicos, que por sua natureza são legalmente considerados parte da própria receita de transferências recebidas da União, e são gerados no pagamento dos salários que, por sua vez, darão origem posteriormente aos gastos que hoje vivem momento de forte crescimento e que precisam agora ser ajustados, relativos a inativos e pensionistas. A partir do momento em que se materializar seu aporte à Previdência, itens como o IRRF devem ser retirados do cômputo de qualquer receita partilhável do ente público respectivo, considerando que, a partir do aporte, o fruto de sua arrecadação deverá passar a se destinar única e exclusivamente à sua urgente finalidade de equacionamento do problema previdenciário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] RPPS significa Regimes Próprios de Previdência Social.

[2] Este e os dados a seguir se referem ao município do Rio de Janeiro no ano de 2016.

Impactos da tecnologia no mundo do trabalho

Por Anita Kon

A tecnologia como fator de desenvolvimento humano

No decorrer do desenvolvimento da humanidade, a evolução da tecnologia sempre esteve associada à necessidade de combinar novas ideias, materiais e recursos humanos disponíveis para encontrar soluções às questões que bloqueiam a sobrevivência humana. Suas primeiras manifestações resultaram na criação de técnicas representadas por novas habilidades, métodos e processos usados para a realização destes objetivos.

A partir da época do Renascimento, desenvolveu-se a Ciência, como busca sistematizada de adquirir conhecimentos através da observação, identificação, pesquisa e explicação. No que diz respeito à Economia, da aliança entre ciência (saber) e técnicas (fazer) resultou a tecnologia como um conjunto de conhecimentos científicos e/ou empíricos empregados na produção, distribuição, comercialização e consumo de bens e serviços (MIRANDA, 2002)

Assim, a inovação tecnológica tem se apresentado como o principal fator de evolução

Anita Kon

Economista, professora titular da PUC-SP e coordenadora do Grupo de Pesquisas em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia da PUC-SP.

econômica e social, como um instrumento que, com base na ciência, com o objetivo fundamental de criação, produção, comunicação e disseminação de novo conhecimento, busca corrigir conhecimentos e práticas ineficazes ou desvantajosas preexistentes. A evolução tecnológica voltada para a solução de problemas ligados à adaptação a uma nova realidade transformadora, em cada momento histórico observado, tem um caráter utópico, mas os resultados e os reflexos destas soluções, nem sempre são positivos e podem trazer consigo impactos desastrosos e distópicos (KON, 2020).

Impactos econômicos da Tecnologia Digital

Os avanços tecnológicos sempre provocaram grandes impactos e transformações nas estruturas econômicas da sociedade, interferindo nos padrões de relacionamento entre agentes sociais e econômicos e transformando a forma de pensar, o comportamento e os valores humanos. A fase mais recente de mudança tecnológica provocou transformações significativas pela utilização da informática e pelo uso crescente da automação digital através de novas ferramentas que convergem, como computação em nuvem, aplicativos de mobilidade, plataformas sociais e Big Data, entre outras. Nesta situação, as técnicas digitais visam resolver a questão do acesso ao volume ilimitado de informações que consistem no conhecimento atual disperso, que um homem sozinho não tem capacidade de absorver e lidar.

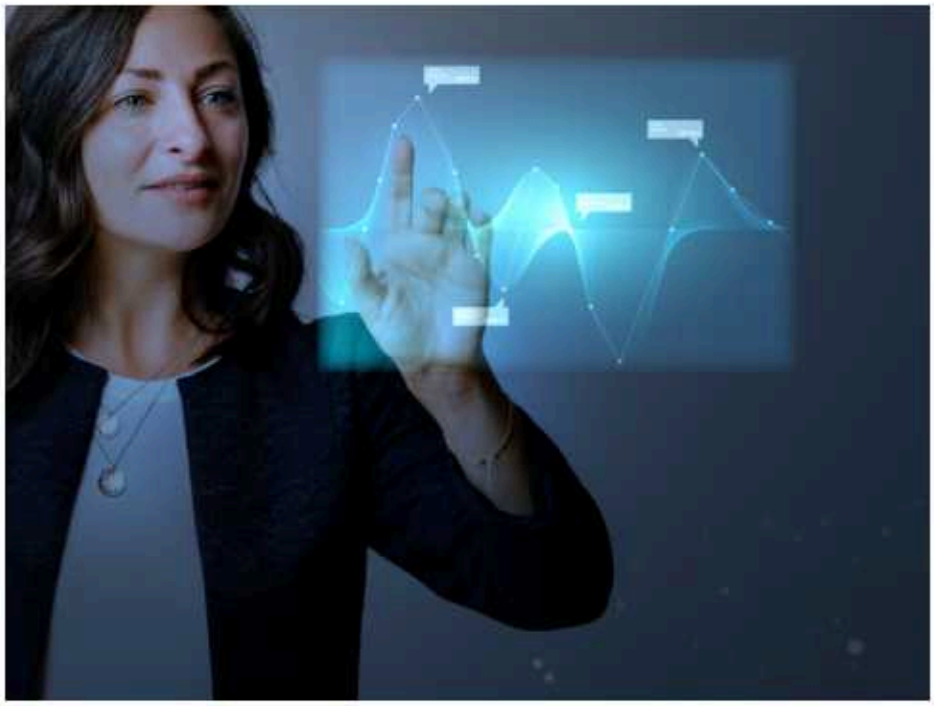
"(...) A evolução da tecnologia sempre esteve associada à necessidade de combinar novas ideias, materiais e recursos humanos(...). "

A criação de indústrias "inteligentes" foi caracterizada pelo funcionamento coordenado por redes digitalizadas de máquinas e de equipamentos, por sistemas de armazenamento e de controle, em que estes elementos trocam informações entre si instantaneamente, conectando todas as fases do processo produtivo através dos sensores que as controlam remotamente e, dessa forma, têm a capacidade de configurar e ajustar estes equipamentos e processo de acordo com dados coletados e analisados em tempo real (SUGAYAMA; NEGRELI, 2016).

Os impactos significativos do novo modelo tecnológico implicam para as empresas e para todo o sistema econômico em redução de custos, eliminação de desperdícios, economia de energia, redução de erros, aumento da segurança, conservação ambiental, aumento da qualidade do produto, intensificação e maior rapidez na capacidade de atender os consumidores, que pode resultar em uma produção em escala consideravelmente elevada ou na customização mais acentuada dos novos produtos. O novo ambiente tecnológico, tanto dentro das empresas quanto em sua relação com o mercado, resulta em mudanças de estratégia nas tomadas de decisão.

Do ponto de vista do avanço econômico, a tecnologia digital "inteligente" levou à crescente globalização das relações econômicas e sociais e ao aumento da produção compartilhada em âmbito internacional, através de cadeias mundiais de valor, acirrando a competição econômica em todos os setores da economia.

'Os impactos do avanço tecnológico digital no mundo do trabalho



Como consequência do avanço tecnológico digital nas economias, são observados reflexos consideráveis no caráter e na natureza do trabalho humano, que se manifestam por meio de uma diversidade de transformações crescentes nas ocupações do sistema. Impactos negativos no mercado de trabalho se fazem sentir à medida que aumenta a automação e há a necessidade de evolução da qualificação da mão de obra quando, por exemplo, pode haver a substituição do esforço manual pelo mecânico, ou os aparatos da rede digital passarem para o controle, com poder de autocorreção e de fornecer informações que servem de base para decisões, tais como seleção de velocidade, de temperatura, etc.

No entanto, passa a existir a necessidade de outras tarefas indiretas como programação (informática), engenharia, matemática, que criam novos trabalhos especializados. Os resultados destas mudanças sobre a criação e a destruição de empregos se refletem na estruturação ocupacional de cada economia, dependendo do perfil de qualificação de sua força e trabalho e das condições e da velocidade de implantação das inovações pelos setores de atividades (KON, 2020).

É possível observar em algumas economias que a perda de ocupações ou empregos nas indústrias pode ser compensada por novas formas de ocupações, porém o resultado líquido destas perdas e ganhos no mercado de trabalho será diverso para cada condição específica das economias. O saldo líquido entre o desemprego tecnológico e o emprego compensatório pode ser positivo ou negativo, dependendo da taxa de crescimento da inovação tecnológica e do direcionamento setorial destes investimentos.

A possibilidade da população de um país - que irá definir sua força de trabalho - ter maior ou menor acesso ao conjunto mais geral de conhecimentos via escolarização elementar, ou por meio de treinamento adicional, irá determinar o nível de ajustamento daquela sociedade às exigências da inovação tecnológica. Nos últimos encontros do Fórum Econômico Mundial de 2018-2020, o tema central enfocou a condição atual e futura do trabalho no cenário socioeconômico, sob os impactos da tecnologia digital supressora de postos de trabalho. Observaram que os novos requisitos para o trabalho, não se destinam apenas aos empregos que exigem alta qualificação, mas também aos trabalhadores menos qualificados que ainda assumem empregos padronizados ou que criam sua atividade empreendedora ou tradicional por conta própria, como meio de sobrevivência no contexto transformador (WEF, 2020). Assim, a criação de novos empregos e de novas formas de trabalho, bem como o treinamento dos indivíduos, são processos recorrentes, da mesma forma que a mudança de emprego e de trabalho, em substituição à situação de emprego, função ou profissão permanente e contínua (HARARI, 2018).

Nos países em desenvolvimento, a implantação do novo paradigma acarreta um conflito para os tomadores de decisão governamentais, entre a aplicação de recursos e de incentivos para a evolução tecnológica requerida pela Indústria 4.0 ou então a inovação voltada para a criação de empregos através de tecnologia

adequada ou apropriada às condições específicas da força de trabalho menos qualificada, que não apresenta condições de requalificação em curto prazo. Este é um falso dilema desde que os dois caminhos são prioritários para a alavancagem do desenvolvimento destas economias, mas a efetivação das medidas necessárias está sujeita ao ambiente político e ideológico de cada país.

Considerações finais

Ao mesmo tempo em que o avanço das tecnologias digitais provoca evolução positiva ou favorável às economias, trazem consigo a possibilidade de evoluções negativas (involução) ou desfavoráveis ao mundo do trabalho. Pelo lado positivo, estas tecnologias podem resultar em inovações que visam proporcionar a inclusão econômica internacional visando melhores condições de competitividade e de renda. No entanto, podem gerar fatores negativos, provenientes de questões sociais alarmantes como o desemprego persistente, a poluição e a degradação ambiental, que exigem controle constante, rigoroso e contínuo. A tecnologia é tempo e espaço, custo e venda, pois não é apenas fabricada no recinto dos laboratórios e usinas, mas recriada pela maneira como for aplicada e metodologicamente organizada (Silveira e Bazzo, 2009).

Particularmente em países emergentes, outras soluções visualizadas para enfrentar a deficiência da oferta de empregos estão ligadas ao desenvolvimento de tecnologias e de métodos de trabalho ainda não devidamente explorados, cujos objetivos se voltam para o atendimento da população menos qualificada, mas também se destinam à alavancagem da retomada econômica, à geração de emprego, ao trabalho e à renda. Estes campos não haviam encontrado ambientes propícios para se efetivarem nos países menos desenvolvidos, mas estão sendo discutidas as possibilidades de estímulo e de crescente exploração. Referem-se ao desenvolvimento de atividades denominadas de Tecnologia Adequada ou Apropriada, Inovação Social, Economia Criativa e Economia Circular.

Em suma, a tecnologia tem se apresentado como o principal fator de progresso e desenvolvimento, mas também se orienta para a correção dos efeitos negativos sobre o trabalho. No paradigma econômico vigente, ela é assumida como um bem social e, junto à ciência, é o meio para a agregação de valores aos mais diversos produtos, tornando-se a chave para a competitividade estratégica e para o desenvolvimento social e econômico de uma região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HARARI, Y. N. (2018), 21 lições para o século XXI. São Paulo: Cia das Letras.

KON (2020). Evolução Tecnológica Digital. Curitiba: CRV.

MIRANDA, A. L. (2002). Da natureza da tecnologia. Curitiba: CEFET-PR 2002. Dissertação de Mestrado.

SILVEIRA, R. M. C. F. e BAZZO, W. (2009). Ciência, tecnologia e suas relações sociais. Ciência & Educação, v. 15, n. 3.

SUGAYAMA, R. e NEGRELLI, E. (2016). Veículo conectado na rota da indústria 4.0. São Paulo: Blucher.

WEF, (2020). Jobs of Tomorrow Mapping Opportunity in the New Economy. Geneva: World Economic Forum.

Jenner de Morais fala sobre a importância dos Conselhos Profissionais

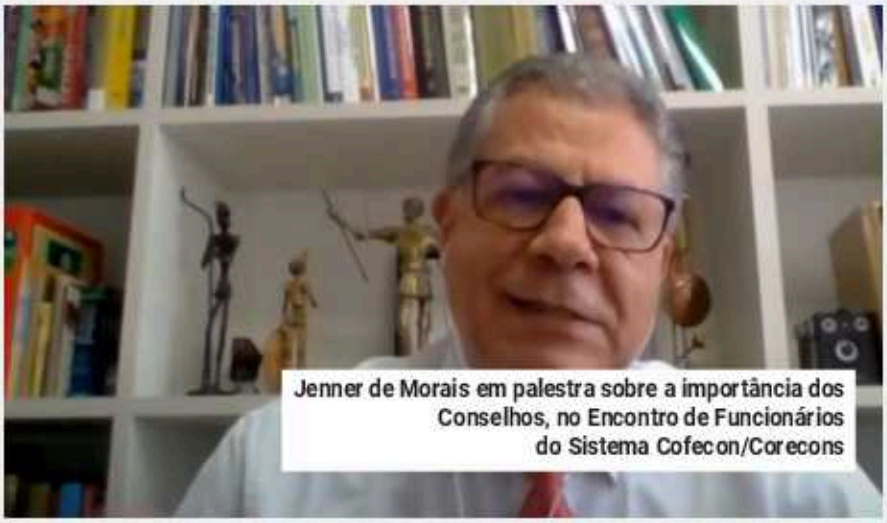
Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons

Por Manoel Castanho

Qual é a importância da fiscalização das profissões regulamentadas? A necessidade da fiscalização decorre, primeiramente, da importância do trabalho e da responsabilidade do profissional. Na campanha de valorização profissional deste ano, o Cofecon destacou que quando a crise chega, o economista já está em ação. Mas se por um lado ele pode fazer toda a diferença, por outro lado um profissional não habilitado ou que atue de forma fraudulenta também tem um potencial de estrago e pode colocar em risco o patrimônio ou a vida de uma grande quantidade de pessoas.

Nem sempre a sociedade percebe de forma clara a importância da regulamentação e da fiscalização das profissões. Por isso surgem iniciativas como a Proposta de Emenda à Constituição 108/2019, que durante dois anos pairou como uma ameaça sobre os Conselhos até que sua tramitação foi interrompida devido ao pedido de retirada por parte do Poder Executivo.

Antes mesmo da apresentação da PEC, a possibilidade de iniciativas que derivassem na desregulamentação profissional já se apresentava no horizonte. Em maio de 2019, durante um encontro de funcionários, o economista Antonio Corrêa de Lacerda – atual presidente do Cofecon e vice-presidente à época – já alertava para esta situação. "Temos que ter uma visão estratégica de possíveis mudanças que poderão ocorrer, entre elas a desregulamentação. Pode ocorrer ainda neste ano, pode ocorrer nos próximos ou pode não ocorrer, porque estamos fazendo um trabalho junto ao Congresso Nacional para evitar esta pressão. Podemos trabalhar para fazer aquilo que já fazemos de maneira mais interessante e permanente, e nos prepararmos para possíveis tempos adversos", afirmou na ocasião.



Jenner de Morais em palestra sobre a importância dos Conselhos, no Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons

Desde o início da tramitação o Cofecon foi contrário à PEC e buscou, junto aos outros Conselhos e a parlamentares, maneiras de se opor à tramitação – e assim, foi criada a Frente Parlamentar em Apoio aos Conselhos Profissionais, coordenada pelo deputado Rogério Correia. Embora a proposta tenha sido retirada, ela não será a última a representar uma ameaça à existência das autarquias de fiscalização profissional. Em grande parte, porque muitas vezes a sociedade não conhece de forma clara qual é a função delas – embora seja beneficiada por seu trabalho.

Em 2021 o Cofecon realizou um novo encontro de funcionários – desta vez, de forma on-line, devido às medidas de prevenção e combate à pandemia. E o convidado para falar sobre a importância dos Conselhos foi um dos maiores especialistas brasileiros no assunto: Jenner de Morais, assessor parlamentar do Conselho Federal de Técnicos em Radiologia (e ele próprio um ex-presidente da entidade) e secretário executivo do Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas.

"Não nos originamos das guildas e das ordens de cavaleiros medievais", esclarece Jenner. Ele falou sobre a criação dos Conselhos, que teve origem na década de 1930 quando Getúlio Vargas criou os tribunais de alçada. "Os advogados, engenheiros e obreiros já vinham tentando uma regulamentação desde o império, desde que D. João VI desceu no Brasil", completa, mencionando que a primeira profissão regulamentada pela Coroa Portuguesa no país, ainda no século XVI, foi a de despachante de navio.

Jenner explica que a atividade é necessária, mas que o Estado não teria condições de assumir estas funções. "Foi uma iniciativa que se tronou exitosa e conhecemos dezenas de países que tentam copiar o nosso modelo, inclusive a China – a China que forma 24 milhões de profissionais de nível superior todo ano", argumenta. Ao debater a PEC 108 no Congresso Nacional, Jenner mostrou trechos de filmes paquistaneses e indianos que mostram atividades exercidas nas ruas, tais como dentista, oftalmologista e ortopedista. "Eu mostrei na Câmara esta verdade que às vezes nos negam".

Jenner fez um questionamento sobre a importância da existência de um Conselho Federal dos Corretores de Imóveis e contou uma história. "Aqui em Brasília houve uma imobiliária que tinha centenas de imóveis alugados. Durante uns meses, eles não repassaram os aluguéis. Quando isso veio à tona e foram investigar, a imobiliária não existia mais. O sujeito saiu no mundo com o dinheiro que arrecadou. Se não

"Em muitos casos, a sociedade não conhece a função dos Conselhos"

Jenner de Morais e Antonio Corrêa de Lacerda conversam sobre a importância dos Conselhos, em palestra ministrada no Encontro de Funcionários do Sistema Cofecon/Corecons

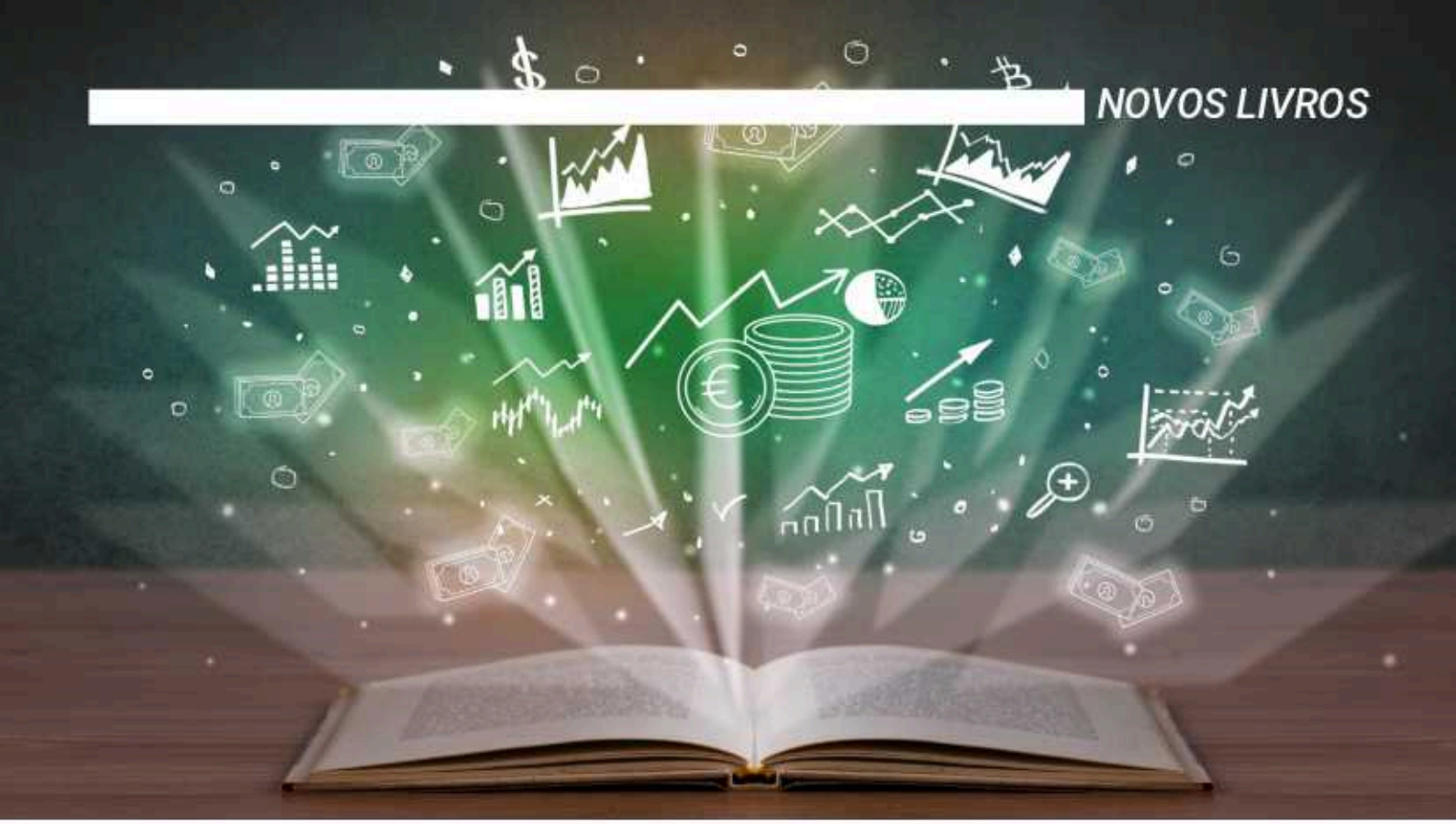
houvesse as autarquias de fiscalização, ele retornaria em outro lugar, em outro estado, mas graças ao Conselho, ele não teve mais meios de fazer isso e foi descoberto", relatou – e, em seguida, lançou a hipótese: "Agora imagine se alguém fosse fazer uma ação de reparação financeira na justiça, quantos anos levaria para esta pessoa receber o valor daquele aluguel, se é que receberia um dia".

Para Jenner, está claro que, em muitos casos, a sociedade não conhece a função dos Conselhos. "Falar mal deles é como falar mal da política: não dá em nada. É uma denúncia esparsa, aberta, de conversa fiada, de pessoas que não conhecem os detalhes. A PEC 108 privatizava os Conselhos liminarmente", argumenta Jenner. "Se Alexandre Moraes não tivesse apresentado um voto divergente (que depois foi vencedor, apontando que os servidores de Conselhos deveriam ser celetistas), hoje a PEC 108 estaria aprovada". E apontou para a importância do quadro de funcionários das entidades: "O Conselho depende dos seus servidores, e os servidores dependem do sucesso dos Conselhos".

Já na abertura do evento, no dia 19 de agosto, o presidente do Cofecon, Antonio Corrêa de Lacerda, afirmou que a PEC 108 era "uma espada sobre as nossas cabeças". E afirmou que os economistas esperam que o Cofecon se posicione quanto aos assuntos da área econômica. "Assim como a sociedade espera que a OAB se manifeste sobre temas jurídicos ou o CFM nas questões de saúde, espera que o Cofecon e os Corecons, no mínimo, intensifiquem o debate sobre os grandes temas. Não temos que ter opinião sobre tudo, mas devemos dar voz aos nossos profissionais registrados acerca das suas várias especialidades. Naquilo que for relevante e consenso, nos manifestaremos claramente", pontuou Lacerda. "O que fazemos está muito claro, cada vez mais transparente, mas temos o desafio de sermos cada vez melhores".

Paulo Dantas da Costa, ex-presidente do Cofecon, foi o mediador da palestra de Jenner. "Nossa atuação é no interesse da sociedade, do usuário. Imagine se alguém sem qualificação faz um projeto de viabilidade econômica, leva ao BNDES, e ali alguém pega o projeto e diz: isso aqui não vale nada. Quem é que fez?", argumentou Dantas. "Falam que nós somos corporativos, mas nós trabalhamos no interesse da sociedade brasileira. Ouvimos isso todo o tempo, até que nos juntamos para explicar a um parlamentar a importância das nossas atividades".

O certo é que a fiscalização profissional é, antes de tudo, uma garantia à sociedade de que somente as pessoas habilitadas, submetidas a um código de ética, exercerão as atividades regulamentadas. No caso do Cofecon, significa que aquelas pessoas que não possuem capacitação para estas atividades, ou que as exercem de forma desonesta ou fraudulenta, poderão ser punidas. Para tal, é preciso também que as autarquias tenham um corpo funcional qualificado – e encontros como este, realizado em agosto, contribuem para um melhor desenvolvimento das atividades-fim do Cofecon e dos Corecons.



1 Brasil, uma Economia que não aprende

1º colocado no XXVII Prêmio Brasil de Economia

"Nosso livro percorre a história das ideias econômicas sobre a riqueza invisível das nações: o conhecimento". Estas palavras iniciam o texto sobre o livro, publicado no blog de um de seus autores: Paulo Gala. "A história econômica das nações é a própria evolução do conhecimento aplicado à produção, ao comércio e às finanças", continua o autor.

Um setor da economia é particularmente destacado no livro: a indústria. Assim, um dos primeiros capítulos trata do conceito da fábrica de alfinetes abordado por Adam Smith. O próprio autor clássico escreveu que "a natureza da agricultura não comporta tantas divisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra, quanto ocorre nas manufaturas".

Ao longo do livro, os autores desenvolvem conceitos como centro e periferia e argumentam que estruturas produtivas sofisticadas enriquecem países. A produção de bens sofisticados demanda estruturas complexas e estas, por sua vez, depende da geração e do acúmulo de conhecimento. Países que possuem uma estrutura pro-

dutiva complexa e sofisticada têm empresas que investem muito em pesquisa e desenvolvimento. Já as empresas de países com uma estrutura produtiva pobre não veem motivo para investir nestas áreas – e, para os autores, o Brasil cada vez mais se aproxima deste último grupo de países, uma vez que seu processo de industrialização foi interrompido.

Nos dois últimos capítulos os autores apontam que economias complexas são menos desiguais – o que é particularmente importante para o País, visto que possuímos uma das maiores taxas de desigualdade do mundo – e apresentam os erros e acertos cometidos pelo Brasil ao longo do processo de industrialização.

Na opinião de Luiz Carlos Bresser-Pereira, "outra teria sido a história destes últimos 40 anos se tivessem se inspirado nos países do Leste da Ásia que continuaram desenvolvimentistas, mantiveram suas contas fiscais e suas contas externas equilibradas, não permitindo que o Estado ou o país se endividassem, e, assim, experimentaram um crescimento extraordinário e se tornaram ricos".

Paulo Gala

Graduado em Economia pela FEA/USP. Mestre e Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Foi professor visitante nas Universidades de Cambridge UK em 2004 e Columbia NY em 2005. É professor de Economia na FGV-SP desde 2002.

André Roncaglia

Doutor em economia pelo Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento do Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, mestre na mesma área pela PUC-SP. É professor do Departamento de Economia e da Pós-Graduação em Economia da Unifesp, especialista em conjuntura econômica, moeda, inflação brasileira e economia brasileira. Já lecionou em instituições como Fecap, Fipecafi, FGV-SP e Fipe.

2 O Salto do Sapo

2º colocado no XXVII Prêmio Brasil de Economia

"O Salto do Sapo" nasce de um esforço coletivo de buscar novas leituras e interpretações para temas relevantes sob a perspectiva do desenvolvimento econômico brasileiro, dentre os quais, inovação, mercado de trabalho, contas públicas, inflação, meio ambiente, estrutura produtiva e dependência.

Mas por que um sapo? Para os mais familiarizados com a biologia, na língua portuguesa existem palavras distintas para designar três grupos de anfíbios. E, nessa seara, o sapo é aquele animal, grande, pesado e rugoso que dá poucos saltos e logo se cansa.

Sob esse prisma, fomos às origens brasileiras, na cultura afro-brasileira, para encontrar uma expressão que representasse de maneira fidedigna nossa leitura do Brasil. E foi nesse mergulho que os organizadores chegaram à expressão "o salto do sapo".

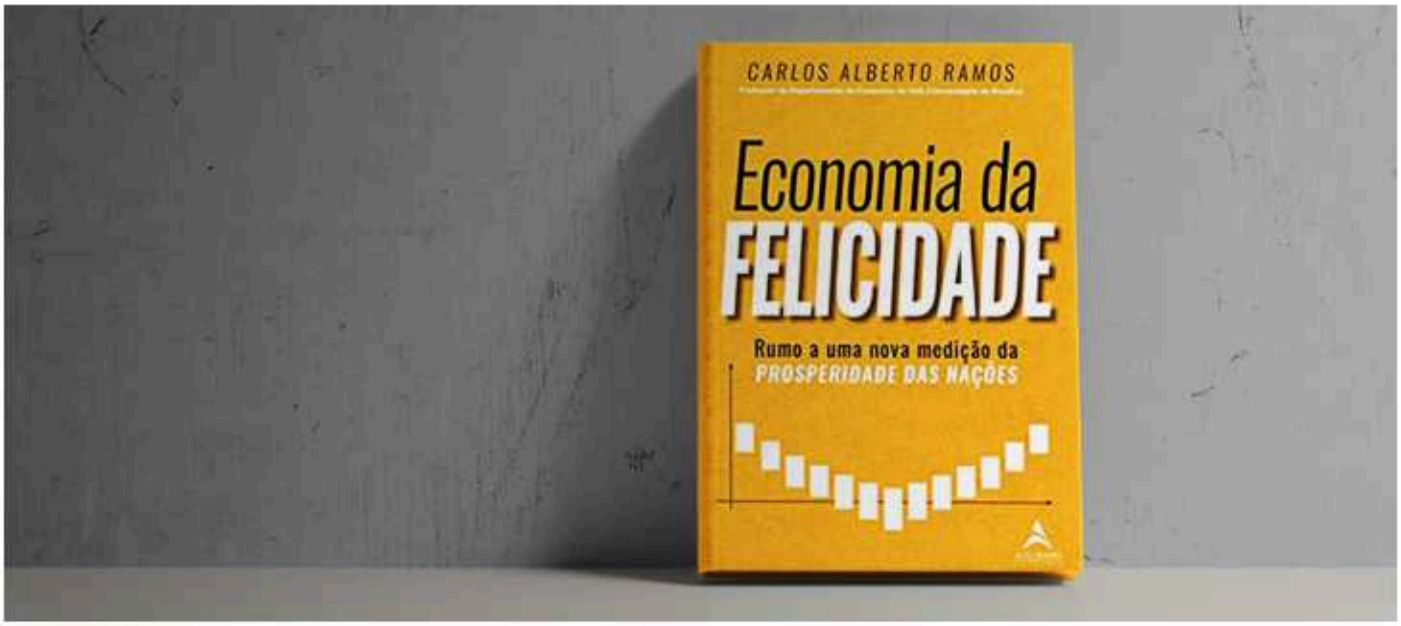
Foi uma grata coincidência à semelhança com o seu equivalente da língua inglesa "leapfrogging", pois o contraste é eminente: o Brasil está distante do salto rumo à incerteza da inovação e do crescimento que nos conduzirá ao desenvolvimento econômico.

André Galhardo Fernandes
Mestre em economia política pela PUC de São Paulo. Coordenador auxiliar e professor dos cursos de Ciências Econômicas, Administração e Relações Internacionais na Universidade Paulista UNIP. Economista-chefe na Análise Econômica Consultoria e Colunista em mídias impressas e rádios.

Franklin Lacerda
CEO na Análise Econômica e especialista de experiência em inovação na Worth a Million

3 Economia da Felicidade. Rumo a uma Nova Medição da Prosperidade das Nações

3º colocado no XXVII Prêmio Brasil de Economia



Entre os principais indicadores econômicos utilizados hoje em dia encontram-se o Produto Interno Bruto (PIB), que mede a riqueza de um país ou região num determinado período; o crescimento econômico; e a distribuição de renda, seja na forma de PIB per capita, seja pelo índice de Gini. Embora eles sirvam para procurar obter uma medida de bem-estar econômico de uma população, nem sempre estão relacionados à felicidade das pessoas.

Embora os governos estejam sempre em busca de um crescimento do PIB (e, por extensão, do PIB per capita), nas últimas décadas a busca por este indicador vem sendo cada vez mais objeto de questionamentos. Uma das críticas afirma que a melhoria da renda pessoal não necessariamente está relacionada a um aumento na felicidade.

Economistas como Adam Smith e Thomas Malthus já se referiram à felicidade como um dos objetivos da economia. Mais recentemente, diversos economistas se dedicaram ao estudo quantitativo e teórico da felicidade, do bem-estar, da satisfação e outros conceitos relacionados, resultando

num campo de estudos interdisciplinar (a economia da felicidade) que abrange ideias da própria economia, da psicologia e da sociologia. Os indicadores relacionados à felicidade é que deveriam ser maximizados, e não a riqueza, o rendimento ou o lucro.

A Organização das Nações Unidas, por meio da Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável, lançou um relatório mundial de felicidade. Não é surpresa o fato de vários países estarem à frente de outros com renda superior no ranking. A partir daí, surgem alguns questionamentos: se o PIB não tem uma correlação direta com a felicidade, faz sentido poluir o meio ambiente e destruir patrimônios naturais em nome do aumento da renda?

O livro Economia da Felicidade apresenta este apaixonante campo de estudos, a literatura sobre o tema, as categorias teóricas, os avanços e fragilidades da área.

Carlos Alberto Ramos

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidad de Buenos Aires (1975), com mestrado em Economia pela Universidade de Brasília (1985) e doutorado em Economia pela Université Paris 13 (Paris-Nord) - Campus de Villetaneuse (1992). É Professor adjunto da Universidade de Brasília.

DOCUMENTÁRIO
LONGA-METRAGEM
DIREÇÃO: SILVIO TENDLER

No futuro pós-pandemia do novo coronavírus, a centralidade será o cassino financeiro e acumulação de riqueza por uma elite ou uma vida de qualidade para todos, com menos desigualdade? O Estado mínimo se mostrou capaz de atender ao coletivo? Como garantir a vida sem direitos sociais e trabalhistas? Em qual modelo de sociedade queremos viver?

"A Bolsa ou a vida" aborda o desmonte do conceito de bem-estar social e nos faz refletir sobre a incompatibilidade do neoliberalismo com um projeto humanista de sociedade.

Estamos na bifurcação. Em 2020, a pandemia da COVID-19 escancarou as mazelas de um modelo político-econômico que, desde a sua gênese, se anunciava incapaz de atender à coletividade.

Afetadas por sucessivas crises financeiras globais e amparadas por poucos direitos sociais, milhões de pessoas em todo o planeta enfrentam o vírus em sistemas falidos que salvam bancos no lugar de garantir condições mínimas de bem-estar para a população.

"A Bolsa ou a Vida" é um filme-manifesto que incorpora diferentes olhares em um quebra-cabeças sobre o Estado, a financeirização, a desigualdade, a vida nas cidades, nas florestas e no campo e as portas de saída para o pandemônio em que vivemos.

CALIBAN
CINEMA E CONTEÚDO

Assista agora clicando aqui

XXVII

Prêmio Brasil DE ECONOMIA

CONHEÇA OS VENCEDORES

X GINCANA NACIONAL DE ECONOMIA

ENCARE ESSE DESAFIO

CONHEÇA OS VENCEDORES

Assine a Newsletter Cofecon

ECONOMISTAS

Podcast Economistas: ouça agora novo episódio! Participação feminina no Sitema Cofecon/Corecons

Fique por dentro de tudo que acontece no Conselho Federal de Economia

Disponível no Deezer e Spotify

EXPEDIENTE

Presidente: Antonio Corrêa de Lacerda
Vice-presidente: Denise Kassama Franco do Amaral

Conselheiros efetivos
Antonio Corrêa de Lacerda
Denise Kassama Franco do Amaral
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Carlos Alberto Safatle
Clovis Benoni Meurer
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Heric Santos Hossoé
João Manoel Gonçalves Barbosa
Lauro Chaves Neto
Maria Auxiliadora Sobral Feitosa
Maria de Fátima Miranda
Maurílio Procópio Gomes
Mônica Beraldo Fabrício da Silva
Paulo Dantas da Costa
Paulo Roberto Polli Lobo
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Conselheiros suplentes
Aldenir Gomes de Paiva
Ana Cláudia de A. Arruda Laprovitera
Bianca Lopes de Andrade
Rodrigues
Carlos Eduardo Soares de Oliveira Junior
Carlos Magno Andrioli Bittencourt
Cícero Ivo Moura Bezerra Júnior
Eduardo Reis Araújo
Fabiola Andréa Leite de Paula
Henri Wolf Bejzman
Marcelo Pereira Fernandes
Maria do Socorro Erculano de Lima
Nei Jorge Correia Cardim
Noel Leite da Silva
Omar Corrêa Mourão Filho
Paulo Roberto de Jesus
Róridan Penido Duarte
Sérgio da Rocha Bastos
Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

Conselho Editorial
Antonio Corrêa de Lacerda (Coordenador)
Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera
Antônio de Pádua Ubirajara e Silva
Denise Kassama Franco do Amaral
Dércio Garcia Munhoz
Eduardo Rodrigues da Silva
Fernando de Aquino Fonseca Neto
Gilson de Lima Garófalo
Heric Santos Hossoé
José Luiz Pagnussat
Lauro Chaves Neto
Luiz Carlos Delorme Prado
Maria Cristina de Araújo
Roberto Bocaccio Piscitelli
Róridan Penido Duarte
Sidney Pascoutto da Rocha
Waldir Pereira Gomes
Wellington Leonardo da Silva

Comissão de Comunicação
Waldir Pereira Gomes (Coordenador)
Heric Santos Hossoé (Vice Coordenador)
Antonio Corrêa de Lacerda
Antonio Melki Jr.
Clovis Benoni Meurer
Denise Kassama Franco do Amaral
Gilson de Lima Garófalo
Lauro Chaves Neto
Maria de Fátima Miranda
Paulo Roberto de Jesus
Wellington Leonardo da Silva

Assessoria de Comunicação
Renata Reis – Assessora
Manoel Castanho – Jornalista
Raquel Passos – Assessora
imprensa@cofecon.org.br

Projeto Gráfico e Editoração
Raquel Passos

ISSN 2446-9297

As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.

COFECON
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

70 Anos

Assegurando o exercício legal e ético da profissão

@cofecon

ECONOMISTAS

Podcast Economistas
Disponível nas principais plataformas

Conselho Federal de Economia - Cofecon
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: cofecon@cofecon.org.br